RELATÓRIO TÉCNICO

Diagnóstico da Região 1 - Santo Antônio da Platina para subsidiar os Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo

FASE II
PARANÁ PRODUTIVO
DESENVOLVENDO O ESTADO DO FUTURO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

SUMÁRIO

1. REGIÃO 1 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA 3
1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução 3
1.3 Educação 9
1.4 Saúde 21
1.5 Setor Privado 26
1.6 Infraestrutura 35
1.7 Considerações Acerca da Região 38
2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 01 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA 39
2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico 39
2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias 45
2.3 Oficina de Priorização 50
3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO 56
3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização 58
3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná 62

1. REGIÃO 1 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução

Este relatório integra um trabalho de diagnóstico elaborado a partir do mapeamento de dados socioeconômicos e indicadores de oito regiões a serem atendidas pelo *Programa de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado*, que, de maneira resumida, é chamado de *Paraná Produtivo*. Neste relatório, são apresentados os resultados da Região 1 do programa, que está localizada ao norte do estado do Paraná, em uma superfície territorial de 9.113 km^2. Esta região, que ocupa o equivalente a 4,56% do território total do estado, é composta por 26 municípios: Abatiá, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz.

Nas próximas seções, serão apresentadas informações sobre a Região 1 por meio da análise de dados socioeconômicos organizados em 2021, durante a realização de um conjunto de oficinas na região. Além desses dados, também serão utilizados resultados de censos e estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério do Trabalho e Emprego. A apresentação das informações, bem como as análises e interpretação, está organizada e obedecerá a uma divisão em seções associadas a um conjunto de cinco temas:

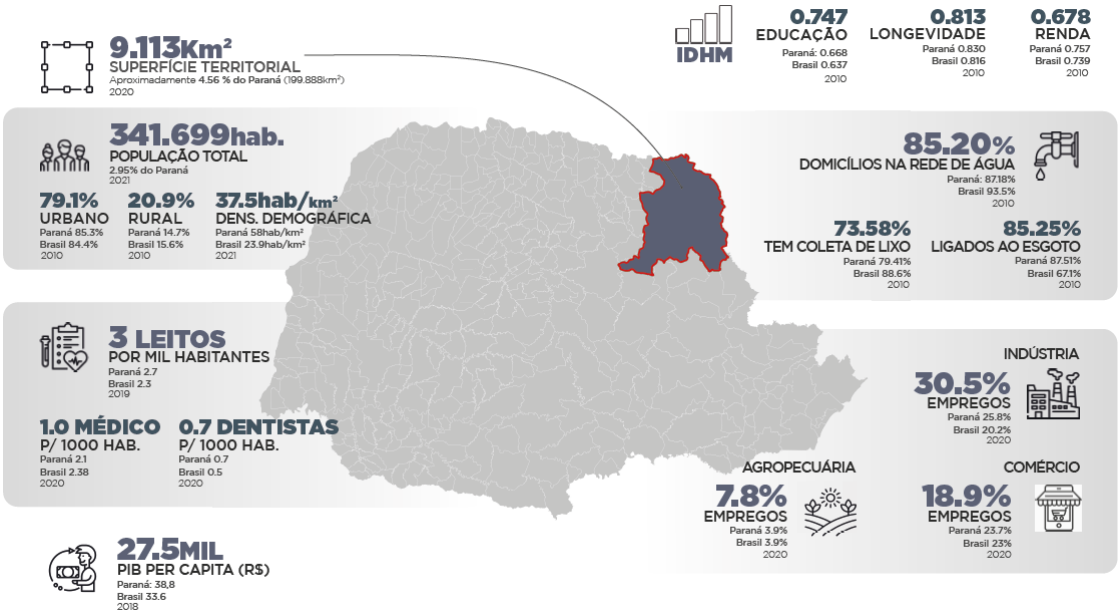
- Demografia;
- Educação;
- Saúde;
- Setor Privado;
- Infraestrutura.

O Programa Paraná Produtivo é organizado em eixos que se relacionam na construção do desenvolvimento econômico. Portanto, demografia, educação e saúde fazem parte do eixo *Pessoas*, setor privado faz parte do eixo *Sistemas Produtivos* e o último tema faz parte do eixo *Infraestrutura*. O eixo *Governança* articula todos os temas envolvendo as comunidades das regiões no desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Produtivo Integrado.

Na seção em que se trata da demografia, serão apresentados dados e indicadores vinculados à projeção populacional, densidade demográfica, bem como um perfil populacional de acordo com extratos de faixa etária e sexo. A seção destinada à educação apresenta um diagnóstico da região a partir de indicadores ligados a esse setor, tais como número de matrículas, índice de desenvolvimento da educação, distorção idade-série, bem como os respectivos impactos nos dados socioeconômicos. Já na seção dedicada ao setor privado, é feito um diagnóstico ligado à movimentação da economia, renda e características dos empregos na região. Na seção dedicada à saúde, é apresentado um diagnóstico da disponibilidade de leitos, médicos e dentistas na região, além de um panorama sobre as taxas de mortalidade infantil. Por fim, na seção dedicada à infraestrutura, é apresentado um balanço relacionado à coleta de lixo, conexão com rede de água tratada e rede de esgoto. Na mesma seção, também é apresentado um panorama a respeito das telecomunicações, particularmente em relação à telefonia móvel e ao acesso à energia elétrica em propriedades rurais.

Em todas as seções, o diagnóstico é acompanhado de comparações em relação aos dados socioeconômicos do estado do Paraná e do Brasil. Para facilitar a visualização inicial das informações, a Figura 1 apresenta uma perspectiva geral de alguns dos dados relevantes da região. Esses dados, que serão alvo de comentários nas seções apresentadas a seguir, representam o cenário disponível no momento em que foram realizadas as oficinas na região.

Figura 1: Dados relevantes – Região 1



Fontes: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Emprego.
Nota: Os valores de IDHM (Educação, Longevidade e Renda) dizem respeito ao município melhor colocado da região em 2010, Barra do Jacaré.

1.2 Demografia

Pontos de Atenção

- A região é composta primordialmente por municípios de pequeno porte;
- A concentração de pessoas que vivem na área rural é ligeiramente maior na região, comparativamente aos dados do Estado e do país.
- A região tem uma tendência de perda populacional ao longo dos próximos 20 anos, associada à queda na taxa de natalidade e a evasão dos jovens para os grandes centros à procura de melhores oportunidades profissionais.
- Há uma tendência de decréscimo na quantidade de jovens em relação à população idosa na região, o que pode apontar mudanças na composição da população economicamente ativa e a necessidade de mudanças na oferta de serviços básicos para atender a população.

Como indicado na seção anterior, a Região 1 é composta por 26 municípios e reúne uma população total de 341.699 habitantes, o que representa 2,95% da população paranaense, de acordo com projeções de 2021[1]. Também de acordo com projeções do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), dos 26 municípios que compõem a região, 23 possuem população menor que 30 mil habitantes, e dentre os três municípios mais populosos, nenhum atinge 50 mil habitantes. Com base nesses números, pode-se considerar que a Região 1 é composta por municípios de pequeno porte, uma vez que nenhum possui mais de 50 mil habitantes[2].

[1] Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, Projeção da população dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.
[2] Neste relatório, o porte dos municípios conforme limite de quantidade de habitantes obedece à classificação do IBGE (2010): 1) Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes; 2) Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes; 3) Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; 4) Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes; 5) Metrópole: 900.001 habitantes ou mais. Fonte: https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/informacoes-socioterritoriais/.

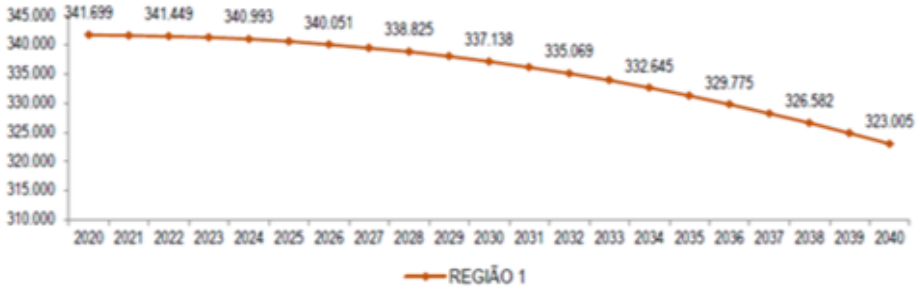
Segundo dados do IPARDES, em 2021 a densidade demográfica da Região 1 era de 37,9 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km^2), menor que a do estado do Paraná, de aproximadamente 58 hab./km^2, e maior que a densidade demográfica média brasileira[3], de 23,8 hab./km^2. Para se ter uma ideia da escala em que a densidade demográfica da região se encontra, o município paranaense com a maior densidade demográfica é Curitiba, com 4.078,56 hab./km^2, sendo a 7ª maior densidade dentre as capitais brasileiras e a 23ª dentre todas as cidades do país. Tipicamente, capitais e regiões metropolitanas possuem maiores valores de densidade demográficas por causa do processo de verticalização das moradias, o que, neste caso, indica que um processo de verticalização das construções ainda não é observado na Região 1.

A população da Região 1 se distribui de forma bastante pulverizada, e nenhum município concentra mais do que 15% da população regional, parâmetro que se conecta ao comportamento da densidade demográfica da região. Entretanto, existe uma significativa diferença entre a população dos menores municípios em relação aos mais populosos. Como exemplo desta discrepância, segundo dados do IPARDES, em 2020, a população do menor município, Barra do Jacaré, corresponderia a menos de 1% (2.743 habitantes) da população da região, enquanto a população do maior, Santo Antônio da Platina, seria aproximadamente 13,4% (45.762 habitantes) do total. Ainda segundo as mesmas projeções, somente a população dos três maiores municípios, Santo Antônio da Platina (45.762 habitantes), Jacarezinho (38.969 habitantes) e Ibaiti (30.815 habitantes), concentravam cerca de 34% da população total da região, o que pode indicar a necessidade de ações específicas que considerem o tamanho dos municípios. Estas projeções obtidas para a população dos municípios da Região 1 não é diferente do que ocorre em escala estadual ou nacional. De acordo com dados do mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná, quase 83% dos municípios possuem menos de 30 mil habitantes, enquanto no Brasil esse valor é próximo de 80%.

Outro aspecto relacionado à densidade demográfica da Região 1 é a distribuição da população entre as zonas rural e urbana, como indicado na Figura 1. De acordo com o censo de 2010, dado disponível no momento da realização das oficinas, 79,08% da população da Região 1 morava na zona urbana, enquanto 20,92% morava na zona rural. Apesar de estar ligado a uma tendência geral das cidades, esses dados apresentam uma ligeira diferença em relação ao estado do Paraná e ao Brasil. No mesmo período, 85,3% dos paranaenses habitava a zona urbana e 14,7% morava em zona rural. No Brasil, também de acordo com o censo de 2010, a população urbana era de 84,35% e a rural de 15,65%, resultados próximos daqueles obtidos para o Paraná. Esta diferença na distribuição populacional da Região 1 em relação ao Paraná e ao Brasil pode ter consequências no perfil das atividades econômicas e na atuação do setor produtivo da região, indicando a necessidade de ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas considerando o lugar onde vivem, além da possibilidade de movimentações migratórias que favoreçam o desenvolvimento regional.

[3] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Com%20o%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,(km%C2%B2)%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.

GRÁFICO 1 – População Projetada da Região 1 entre 2020 e 2040.



FONTE: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

O Gráfico 1 apresenta uma projeção populacional da Região 1 entre os anos de 2020 e 2040. Por esta projeção, a região tem uma tendência de perda populacional ao longo dos próximos 20 anos, com um decréscimo de aproximadamente 5,5% de sua população. Essa tendência apresenta-se para 19 municípios que compõem a região, enquanto para outros 7 municípios (Conselheiro Mairinck, Jaboti, Joaquim Távora, Curiúva, Siqueira Campos, Ibaiti e Santo Antônio da Platina) existe uma tendência de manutenção de reposição de estoque populacional, chegando a indicar um crescimento estimado entre 1,9% a 3,4% no período.

Ao mesmo tempo, as mesmas projeções indicam que a população estadual apresenta uma tendência de crescimento de 8,9% até 2040, com incremento de cerca de 1.000.000 de pessoas[4], atingindo um total de 11.363.051 habitantes. Estas projeções combinam com o resultado do Censo Demográfico de 2022[5], que já indica um ganho de populacional do estado em 1 milhão de habitantes entre 2010 e 2022, com média de 0,76% ao ano. O mesmo censo indica que a maioria dos municípios com as menores taxas de crescimento vegetativo entre 2010 e 2022 situam-se na porção norte do Paraná, caso da Região 1, resultado que pode se aproximar da tendência indicada no Gráfico 1, em que é apontada uma projeção de queda populacional a partir de 2020. A dinâmica populacional do estado foi fortemente impactada pela pandemia do coronavírus, o que pode levar a diferenças em relação às projeções e que deverá ser alvo de análise nos próximos censos. Apesar disso, o componente vegetativo[6] atuou de forma positiva no crescimento populacional de todos os municípios paranaenses, mas com desempenho que parece ser influenciado por fatores estruturais, como a estrutura etária da população.

Por sua vez, o componente migratório foi fundamental para o incremento populacional verificado no estado, respondendo por cerca de 8% do ganho de quase um milhão na população paranaense[7]. Regionalmente, os processos migratórios possuem forte correspondência com a dinâmica das principais aglomerações urbanas do estado, como a Região 1 não está localizada nas imediações de grandes centros, como Curitiba ou grandes corredores rodoviários, é possível que este componente não exerça grande influência na dinâmica populacional da região. Entretanto, circunstâncias que favoreçam o crescimento econômico da região, particularmente do setor produtivo, podem alterar a dinâmica migratória da região.

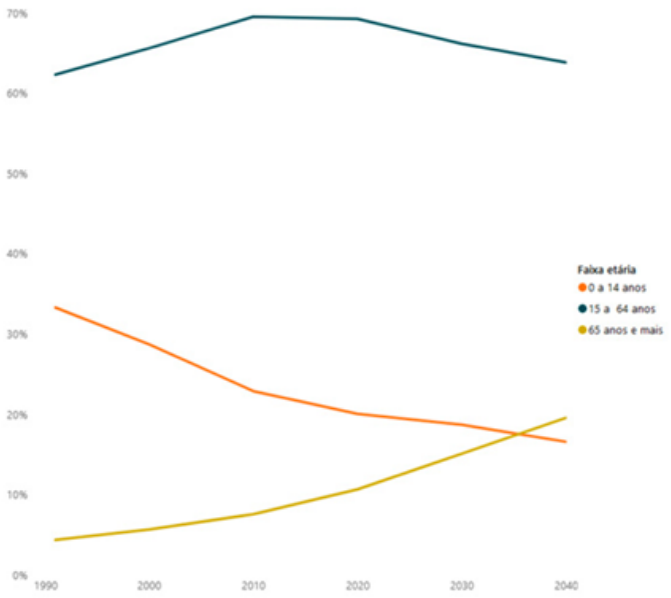
No caso do Brasil, um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[8], em 2023, indica que a população do país deverá chegar a cerca de 209 milhões em 2040; crescimento de pouco menos de 0,6% em relação aos 207,8 milhões de habitantes estimados em 2023 pelo IBGE. O estudo do IPEA, entretanto, indica que a população brasileira deve crescer até 2030, quando então passará a apresentar decréscimo.

[4] Fonte: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.
[5] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf
[6] O componente vegetativo é obtido pela diferença entre o número de pessoas que nascem (natalidade) e o número de pessoas que morrem (mortalidade). Fonte: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf
[7] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf
[8] Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1, 2023.

Contudo, a tendência de queda populacional na Região 1, indicada no Gráfico 1, difere significativamente em relação a do estado do Paraná e a do Brasil, mesmo havendo tendência de decréscimo no país a partir de 2030. Esta tendência indica que a queda pode ocorrer não somente devido aos processos migratórios, mas possivelmente também pela queda nas taxas de natalidade. No Brasil, é comum que a população jovem de regiões periféricas a centros comerciais migre à procura de oportunidades de emprego e educação. Observa-se que este resultado deva ser alvo de estudos adicionais no futuro, corroborando com as perspectivas de planejamento do estado do Paraná.

O Gráfico 2 apresenta uma projeção populacional por faixa etária na Região 1, desde 1990 até 2040[9], no qual é possível perceber mudanças importantes na estrutura etária da população. Pela projeção mostrada no gráfico, é possível verificar que os estratos populacionais de jovens com até 15 anos de idade e idosos com idade superior a 65 anos irão se encontrar próximo a 2040. Além disso, a projeção indica uma tendência de queda no estrato populacional, já a partir de 2020, na faixa etária que vai de 15 a 64 anos, grupo que corresponde a quase o total da força de trabalho da região.

GRÁFICO 2 – Proporção populacional projetada por faixa etária na Região 1.



FONTE: IBGE. Dados Extraídos da Base de Dados do Estado - BDEWeb, 2021.

Como a projeção apresentada no Gráfico 2 indica um decréscimo na quantidade de jovens com até 15 anos partir de 2010, um resultado geral é que, além de diminuir como indicado no Gráfico 1, em 2040 a população da Região 1 deverá estar mais envelhecida, o que pode ter impactos no dinamismo pela força de trabalho, além de alterar expressivamente a composição da demanda e oferta de serviços na região. A tendência de envelhecimento populacional não é um problema exclusivo da Região 1; a avaliação de cenários macroeconômicos e previdenciários de longo prazo para o Brasil indica a tendência de envelhecimento da população, em alguns cenários, já a partir de 2020[10].

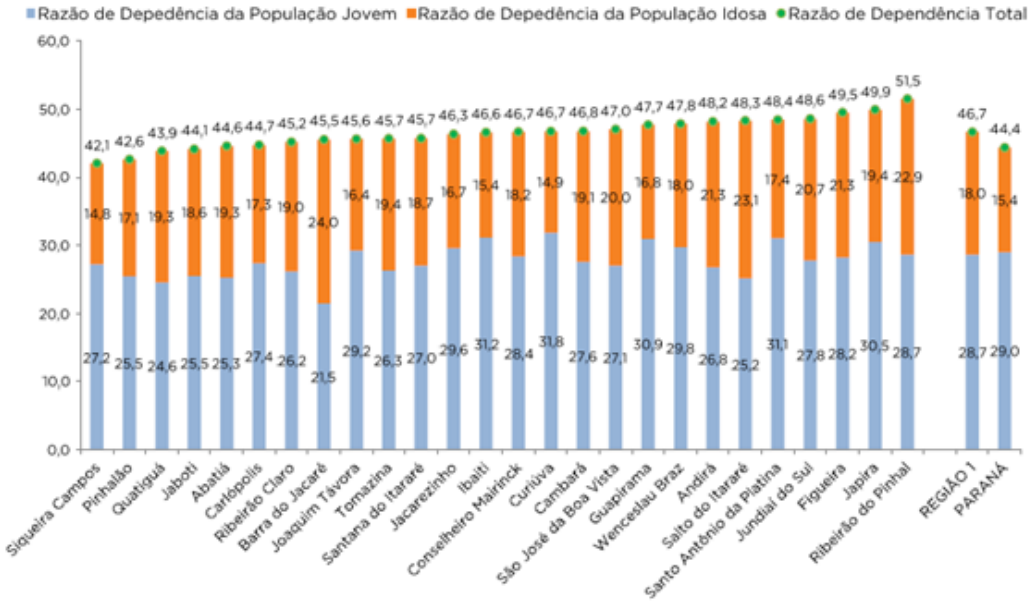
No Gráfico 3 é apresentado o comportamento da Razão de Dependência Total da População[11] (RDT) para os municípios da Região 1, bem como para o estado do Paraná. O valor médio do

[9] Fonte: Paranáa Produtivo, BI, 2022, acesso em https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/
[10] Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1, 2023.
[11] A Razão de Dependência da População Jovem é obtida pela razão entre o segmento etário definido como dependente, pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com menos de 15 anos de idade, pelo segmento etário potencialmente

RD Total para a Região 1 é de 46,7, maior do que a média do Paranáá (44,4) e do que a média do Brasil (44,3). Embora a RD Total para a Região 1 seja sensivelmente maior, não é tão diferente da média do estado e do país, indicando que, do ponto de vista deste indicador, os municípios indicados no Gráfico 3 manifestam um comportamento parecido com a média nacional.

Uma medida maior da Razão de Dependência da População significa maior contingente de população dependente, ou seja, a cada 100 pessoas da Região 1, 46,7 são economicamente dependentes. Do ponto de vista do diagnóstico da região estudada, a RD pode ser utilizada como parâmetro para avaliação do envelhecimento populacional e da carga econômica sobre segmentos populacionais potencialmente mais produtivos. Considerando os resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, é possível supor que há uma tendência de aumento da RD, indicando a necessidade de escalonamento de ações ligadas a oferta de serviços, melhoria na renda da população ou sobre o comportamento da força de trabalho na região.

GRÁFICO 3 – Razão de Dependência da População Jovem (RDJ), Idosa (RDI) e Total para Municípios, Região 1 e Paraná em 2020.



Fonte: IBGE, Dados Extraídos pela Base de Dados do Estado e elaborado pelo IPARDES, 2020.

Dentre os desafios apresentados no diagnóstico associado ao eixo da demografia, estão a qualidade do ensino básico, capacitação da mão de obra, setor produtivo e infraestrutura local. Nesse sentido, as próximas seções apresentarão dados e indicadores para a construção de um diagnóstico relacionado a esse eixo.

Como observado ao longo desta seção, a tendência demográfica indica uma queda significativa na região, que de certa forma é preocupante diante da perspectiva econômica apresentada. Como observado ao longo do texto, a predominância rural indica que diretrizes voltadas a educação no campo, e oportunidades para essa sociedade, são fundamentais. Outro ponto relevante, além da queda demográfica acentuada, diz respeito ao êxodo de jovens com potencial de alterar a dinâmica econômica e social do território. Desta forma, é fundamental que sejam planejadas ações que potencializem as oportunidades para que os jovens permaneçam e fortaleçam o espírito de pertencimento ao território. Na próxima seção, questões relacionadas ao prisma educacional serão discutidas, pois apresentam uma preocupação latente, principalmente com a tendência de diminuição de jovens ativos no território. Nesse contexto, ações voltadas à educação podem vir a ser estratégias que modifiquem o panorama apresentado. Em consonância com os dados demográficos, a educação também requer ações específicas, ou

produtivo (RD). Trata-se de um indicador utilizado para medir a participação do contingente populacional potencialmente inativo, aquele que a sociedade deveria sustentar pela sua parcela potencialmente ativa.

seja, as ações voltadas ao planejamento territorial vinculadas à educação podem viabilizar o crescimento sustentável do território.

1.3 Educação

Pontos de Atenção

- Os dados indicam que é preciso aprofundar a pesquisa do que precisa ser feito para aumentar a nota do IDEB no ensino médio.
- Constatou-se que na região 1 existe um nível de distorção idade-série maior do que a apresentada na média geral do estado, acentuadamente maior no sexo masculino relativo ao feminino. O que também precisa ser melhor investigado.
- Há ausência de matrículas públicas em ensino profissionalizante em 14 dos 26 municípios da região. O que aponta a necessidade de aprofundar também a investigação sobre tais causas e possíveis soluções.

Após um panorama geral e a apresentação demográfica da Região 1, esta seção apresentará os dados e os desafios relacionados às questões educacionais. Destaca-se que a educação é um direito público subjetivo, a qual visa o pleno desenvolvimento da pessoa, atrelada a qualificação para o trabalho[12]. Neste viés, é relevante observar determinados dados educacionais, articulando-os às questões socioeconômicas da região.

No Paraná, em 2019, 1,4 milhões de estudantes estavam matriculados no ensino fundamental[13], dos quais 42 mil estudavam em escolas localizadas nos municípios da Região 1. As escolas da rede pública eram responsáveis por 85,1% das matrículas no estado e 90,3% na Região 1 (MEC/INEP BDEweb IPARDES, 2020).

No Brasil, em 2022[14], foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021), indicando a tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascendência dessa curva, em 2019. A rede estadual tem a maior participação nessa etapa, com 84,2% das matrículas, atendendo 6,6 milhões de estudantes, sendo menor que a de escolas públicas (87,7%). A rede federal, por sua vez, participa com 232 mil estudantes, 3% do total, enquanto a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados, 12,3% do total. A partir desses números, observa-se o papel estratégico que a rede estadual pode exercer em projetos voltados ao desenvolvimento de qualquer região.

O estado do Paraná, em 2020, contava com uma rede de 2.131 escolas públicas estaduais, perfazendo o montante de 1.040.625 matrículas em educação básica, educação de jovens e adultos e educação especial (MEC/INEP BDEweb IPARDES, 2020).

Agregavam-se a estes dados, 45.440 docentes para o atendimento da oferta na rede de ensino do Paraná[15]. A taxa de aprovação no Paraná, nas escolas estaduais em 2020, era de 98,9% para anos iniciais do ensino fundamental, de 96,3% para os anos finais do ensino fundamental e 91,3% para o ensino médio.

Nas Tabelas 1 e 2 são apresentadas informações sobre a distribuição de matrículas e estabelecimentos na Região 1 e no Paraná de acordo com a rede, entre 2021 e 2022. Observa-se que as redes estadual e municipal concentram juntas quase 87% das matrículas na educação básica, sendo que a rede privada registra 12,49% das matrículas, e a rede federal 0,55%. As

[12] As questões legais apresentadas pautam-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
[13] A Constituição Federal de 1988 determina que os estados atuem no ensino fundamental e médio. O estado do Paraná oferta em maior número vagas de anos finais-ensino fundamental e todos os anos do ensino médio.
[14] Fonte: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022
[15] Os dados encontram-se disponíveis em: https://qedu.org.br/uf/41-parana/censo-escolar

redes pública, municipal, estadual e federal englobam 81,51% dos estabelecimentos onde se ofertam educação básica.

Com relação às matrículas na educação básica, a Região 1 tem um comportamento parecido com o do Paraná, uma vez que a rede municipal e a rede estadual somam 81,57% das matrículas, ficando 17,84% na rede particular e 0,59% na rede federal. Já no caso dos estabelecimentos, as redes municipal e estadual somam 77,4% do total, enquanto a rede particular possui 22,8% dos estabelecimentos e a rede federal 0,32%.

No ensino fundamental, 50,35% das matrículas está na rede municipal, 39,52% das matrículas está na rede estadual e 10,13% na rede particular. Em relação aos estabelecimentos, 78,83% estão vinculados a uma rede pública, municipal ou estadual, enquanto 21,16% estão vinculados à rede particular. Novamente, o comportamento da região é parecido com o do Paraná, em que 46,97% das matrículas está rede municipal, 38,39% na rede estadual e 14,6% na rede particular.

TABELA 1: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino na Região 1, conforme a rede de oferta – 2022.

Matrículas na Educação Básica (2022)	Rede Federal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular
Total	0,55%	40,33%	46,64%	12,49%
Pré-Escola		0,24%	84,85%	14,92%
Ensino Médio	2,94%	90,93%		6,13%
Ensino Fundamental		39,52%	50,35%	10,13%
EJA, no Ensino Médio		87,20%		12,80%
EJA, no Ensino Fundamental		26,83%	16,29%	56,88%
Educação Profissional	13,74%	76,37%		9,88%
Educação Especial - Classes Exclusivas			7,42%	92,58%
Creche			82,33%	17,67%
Estabelecimentos de Ensino (2022)				
Total	0,28%	26,33%	54,90%	18,49%
Pré-Escola		1,69%	67,98%	30,34%
Ensino Médio	1,15%	80,46%		18,39%
Ensino Fundamental		34,02%	44,81%	21,16%
EJA, no Ensino Médio		90,00%		10,00%
EJA, no Ensino Fundamental		15,38%	34,62%	50,00%
Educação Profissional	4,00%	84,00%		12,00%
Educação Especial - Classes Exclusivas			53,70%	46,30%
Creche			58,96%	41,04%
Matrículas Educação Superior (2021)	3,54%	24,53%		71,93%
Instituições de Ensino Superior (2021)		33,33%		66,67%
Docentes Educação Superior (2021)		90,50%		9,50%
Concluintes Educação Superior (2021)	1,40%	23,30%	75,30%	

Fonte: MEC/INEP, IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Outro dado mostrado na Tabela 1, que merece atenção, é a participação da rede particular na oferta de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA), com 56,88% das matrículas e 50% dos estabelecimentos, ou seja, mais do que a participação das redes municipais e estadual somadas. Ainda no caso da educação de jovens e adultos, a Tabela 2 mostra que, no caso do Paraná, a participação de instituições públicas aumenta, com 57,14% de matrículas nas redes municipal e estadual, ficando o restante, 42,86%, na rede particular. Se por um lado é interessante o investimento do setor privado na educação, por outro lado os números da Região 1 podem indicar uma deficiência do setor público, o que pode dificultar o acesso a esse nível educacional por jovens e adultos de baixa renda.

No caso do ensino médio, a rede estadual registra 90,93% das matrículas, enquanto a rede federal registra 2,84% das matrículas e a rede particular apenas 6,13%. Mais de 80% dos estabelecimentos onde o ensino médio é oferecido pertence à rede estadual. Na educação de jovens e adultos (EJA), a rede estadual concentra 87,2% das matrículas, com mais de 90% dos estabelecimentos relativos ao ensino médio, contra 12,8% na rede privada. No Paraná, 85,06% das matrículas no ensino médio está rede estadual, enquanto 13,03% está na rede particular e

apenas 1,91% na rede federal. No caso do ensino médio na educação de jovens e adultos, cresce a participação da rede particular nas matrículas, com 26,86%, enquanto a rede estadual aparece com 72,82% e a rede federal com 0,22%.

Na educação profissional, a rede estadual também responde pela grande maioria das matrículas, com 76,37% do total, enquanto a rede federal possui 13,74% e a rede privada 9,88%. No caso do ensino médio e da educação profissional, a rede estadual se destaca, mas projetos ligados ao desenvolvimento da região também devem receber investimentos na rede federal, que só possui 0,28% do total de estabelecimentos destinados a oferta de educação básica.

No estado do Paraná, a educação profissional possui uma participação significativa da rede municipal, com 33,03% das matrículas, enquanto a rede federal responde por 10,72%, mas a rede estadual continua tendo a maior parte das matrículas, com 56,25%.

No caso da Região 1, a participação da rede federal pode ser ampliada na oferta do ensino médio e principalmente na educação profissional. Outra modalidade de atendimento com espaço para crescimento da rede federal na Região 1 é a educação profissional de jovens e adultos, o chamado PROEJA, pois atende um público que já está atuando no mercado de trabalho e necessita de qualificação técnica e científica.

TABELA 2: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino no Paraná, conforme a rede de oferta.

Matrículas na Educação Básica (2022)	**Rede Federal**	**Rede Estadual**	**Rede Municipal**	**Rede Particular**
Total	0,59%	38,64%	42,93%	17,84%
Pré-Escola		0,28%	82,10%	17,61%
Ensino Médio	1,91%	85,06%		13,03%
Ensino Fundamental		38,39%	46,97%	14,60%
EJA, no Ensino Médio	0,22%	72,92%		26,86%
EJA, no Ensino Fundamental		42,20%	14,94%	42,86%
Educação Profissional	10,72%	56,25%	33,03%	
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,88%	17,96%	81,15%
Creche		0,03%	74,20%	25,77%
Estabelecimento de Ensino (2022)				
Total	0,32%	22,30%	55,10%	22,28%
Pré-Escola		0,92%	69,59%	29,50%
Ensino Médio	1,41%	77,34%		21,25%
Ensino Fundamental		31,12%	49,36%	19,50%
EJA, no Ensino Médio	0,30%	88,62%		11,08%
EJA, no Ensino Fundamental		26,10%	35,62%	38,29%
Educação Profissional	3,83%	77,56%		18,60%
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,68%	60,94%	38,38%
Creche		0,05%	57,87%	42,07%
Matrículas Educação Superior (2021)	11,11%	10,60%		78,14%
Instituições de Ensino Superior (2021)	2,35%	4,12%	1,76%	91,76%
Docentes Educação Superior (2021)	23,27%	27,77%	0,63%	48,33%
Concluintes Educação Superior (2021)	4,97%	10,83%	0,26%	83,93%

Fonte: MEC/INEP, IPARDES, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Nota-se, por esses dados, que os municípios e o estado concentram a grande maioria das matrículas na educação básica, e o enfrentamento dos desafios deste nível passam por ações que articulem as duas esferas administrativas.

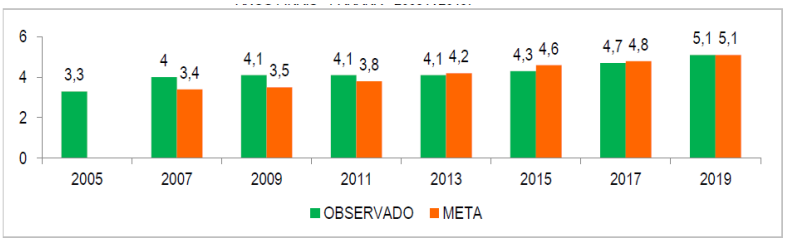
No caso do ensino superior na Região 1, a grande maioria das matrículas está na rede particular, com 71,93% do total, sendo que esta rede possui 66,67% das instituições. A rede estadual possui 24,53% das matrículas, enquanto a rede federal atende apenas 3,54% do total de matrículas. Quando se considera apenas as instituições voltadas ao ensino superior, a rede privada possui

2/3 do total, ficando 1/3 para a rede estadual[16]. No estado do Paraná, novamente a participação da rede particular se destaca, com 78,14% das matrículas e 91,76% das instituições, ficando as redes federal e estadual com 21,71% das matrículas e 6,47% dos estabelecimentos.

Embora o investimento do setor privado no ensino superior seja importante, a presença de instituições públicas é fundamental, tanto para ampliar o acesso de pessoas de baixa renda quanto para aproximar a região do sistema nacional de ciência e tecnologia, uma vez que a maioria das pesquisas no Brasil ainda é realizada em instituições públicas. Assim, o ensino superior manifesta um desafio ao setor público na Região 1, sendo que projetos ligados ao desenvolvimento da região devem englobar uma maior presença de instituições públicas, sejam federais ou estaduais, visando o aumento na disponibilidade de matrículas.

Diante deste contexto educacional, faz-se necessário analisar determinados elementos que compõem os dados referentes à educação pública do estado e da região. Um dos principais indicadores utilizados é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)[17]. No ano de 2019, o Paraná atingiu pontuação de 5,1 na avaliação dos anos finais do ensino fundamental, superando a média brasileira de 4,7 (MEC/INEP BDEweb IPARDES, 2020), sendo que a série histórica deste indicador pode ser observada no Gráfico 4. Nos resultados do IDEB, relativos a 2021, o estado atingiu a pontuação de 5,2 para os anos finais do ensino fundamental, abaixo da meta de 5,5 do Brasil.

GRÁFICO 4 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino fundamental dos anos finais - Paraná - 2005 a 2019.



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Fundamental - anos finais, 2019.

Nota-se pelo Gráfico 4 que, a partir de 2013, gradativamente as notas do IDEB referentes aos anos finais do ensino fundamental vêm aumentando de maneira constante. Esse crescimento é significativo, mas o estado ainda não alcançou a meta projetada no Brasil (5,5). Para que a meta seja alcançada, é fundamental que as médias de proficiência das avalições de língua portuguesa e de matemática tenham maiores resultados e, além disso, os níveis de evasão escolar precisam ser zerados e é preciso aumentar as taxas de aprovações dos alunos.

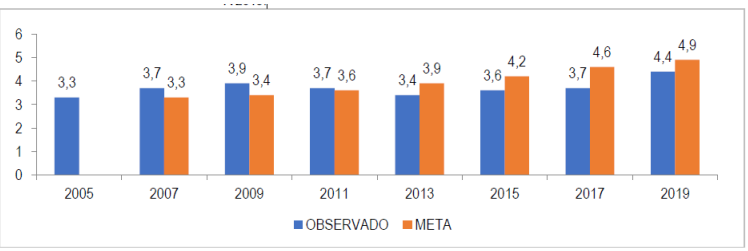
Ao analisar os dados referentes ao ensino médio no Paraná em 2021, no Gráfico 5, a pontuação do IDEB foi de 4,6, superando a média do Brasil de 3,9 pontos (INEP, 2022)[18]. Com esta pontuação, o Paraná se tornou o estado com a melhor nota no ensino médio do Brasil.

[16] Neste levantamento estão sendo consideradas apenas instituições que possuem reitoria/sede administrativa na região, assim, instituições públicas (estaduais ou federais) que ofereçam ensino superior, possuindo apenas campus na região, não foram contabilizadas.

[17] Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos. Calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

[18] Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados.

GRÁFICO 5 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino médio – Paraná - 2005 a 2019.



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Médio, 2019.

Observa-se que, a partir de 2015, as notas do IDEB no ensino médio vêm aumentando. No entanto, o estado ainda não atingiu a meta projetada a ser alcançada pelos estados de 5,5 em 2022. Em 2019, o montante de estudantes matriculados no ensino médio nas escolas localizadas nos municípios da Região 1 perfaziam o total de 12,9 mil.

Tanto o IDEB dos anos finais do ensino fundamental, quanto do ensino médio, vem crescendo desde 2015, entretanto ainda não atingiram as metas projetadas pelo governo federal, apesar de ser atualmente o estado com a melhor nota do ensino médio no Brasil. Para que isto ocorra, são necessárias determinadas ações voltadas a uma política educacional comprometida com a oferta de uma educação de qualidade.

Além deste desafio, ainda se faz necessário a diminuição das taxas de analfabetismo. Em 2022, o estado do Paraná apresentava 3,9% da população analfabeta, o maior entre os estados da região Sul, porém menor que a taxa do Brasil de 5,6% (IBGE, 2022).

Outro indicador importante a ser considerado no contexto desta seção é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[19] (IDHM)[20], que se baseia em outros três parâmetros, educação, renda e longevidade[21]. Em relação à educação, no momento da realização das oficinas, os dados disponíveis indicavam que o IDHM de educação do município melhor colocado da Região 1, Barra do Jacaré, era de 0,747, sendo maior que o do Paraná, que estava em 0,668, e maior que o do Brasil, que era de 0,637. Como este indicador está relacionado à quantidade média de anos de estudo de uma população, é possível dizer que o cenário do município melhor colocado na região, no momento da realização das oficinas, era ligeiramente melhor do que a média do estado e do país.

Em 2021, o Paraná ficou com IDHM de 0,769, sete posições abaixo do Distrito Federal, que apresenta IDHM de 0,814, o maior do país. O IDHM do Brasil é 0,766. Em relação aos 26 estados e ao Distrito Federal, os dados do Paraná são os seguintes:

- IDHM Educação: 0,780, ocupando a 4º posição;
- IDHM Renda: 0,744, ocupando a 6º posição;
- IDHM Longevidade: 0,785, ocupando a 10º posição.

Para efeito de comparação, em 2021 o estado melhor posicionado era São Paulo, com IDHM de educação 0,839, que também apresentava o melhor resultado entre os três indicadores analisados. No mesmo período, o município integrante da Região 1 que apresenta melhor colocação no IDHM era Barra do Jacaré, com 0,744 no geral (IPARDES, 2020)[22]. Os indicadores de desenvolvimento humano da cidade melhor colocada na Região 1 (Barra do Jacaré) eram os seguintes:

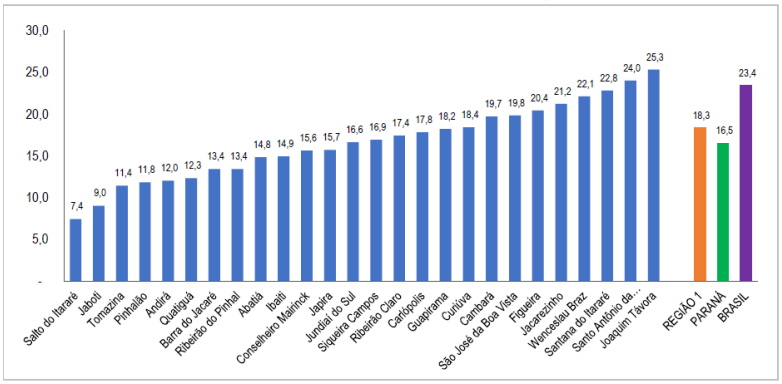
[19] Os dados encontram-se disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/37/0
[20] É uma medida composta de indicadores das dimensões do desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo a 1, maior será o desenvolvimento. Os dados encontram-se disponíveis em: https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm
[21] O IDHM de longevidade e o IDHM de renda serão mencionados na próxima seção.
Veja mais sobre "O que é IDH?" em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm
[22] Relatório solicitado pelo Paraná Produtivo.

- IDHM Educação de 0,747;
- IDHM Renda de 0,678;
- IDHM Longevidade de 0,813.

Destaca-se que o IDHM de longevidade do município Barra do Jacaré é maior que os demais índices do estado. Neste sentido, percebe-se a demanda por políticas públicas voltadas a melhoria dos demais indicadores. A educação apresenta dado numérico um pouco abaixo se comparado com o estado. O IDHM Renda precisa de ações planejadas que visem contribuir com o aumento da renda das famílias que moram na região.

Outro ponto que merece destaque na análise das questões educacionais refere-se à distorção idade-série[23]. Essa distorção impacta diretamente os índices educacionais e posteriormente as questões de desenvolvimento econômico da região. Historicamente, a distorção idade-série é percebida a partir do 3º ano do ensino fundamental, e se acentua também no 7º ano do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio (MEC, 2020). Em 2020, a taxa de distorção idade-série no Brasil alcançava 23,4% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 26,2% das matrículas do ensino médio[24] (MEC, 2020).

GRÁFICO 6 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental - Municípios, Região 1, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

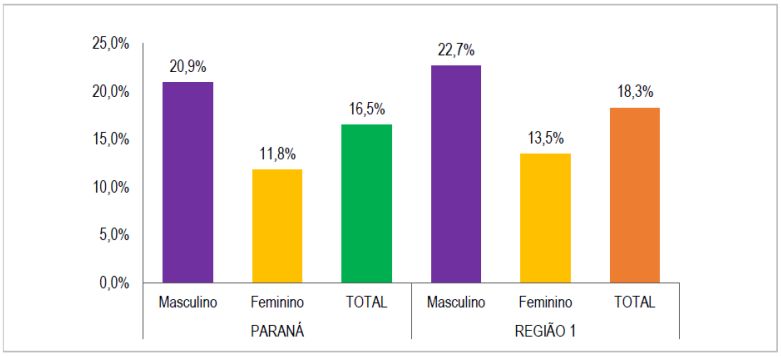
Em relação a este indicador, percebe-se que o Paraná apresenta um desempenho melhor quando comparado ao Brasil, ou seja, um número de estudantes com menor distorção idade-série, como mostrado no Gráfico 6. Ao analisar os dados da Região 1, apresentados no Gráfico 6, constata-se que a média deste indicador também é inferior à do Brasil, mas superior ao dado do Paraná. Na região, 12 municípios estavam com proporções de distorção abaixo da paranaense, portanto com melhor desempenho que a média estadual. De outro modo, dois municípios estavam acima da média nacional, configurando, assim, entre as unidades territoriais observadas, as maiores proporções de estudantes em situação de atraso no rendimento escolar.

A distorção idade-série precisa ser alvo de políticas públicas que visem mitigar a defasagem educacional dos estudantes da Região 1. Essa distorção é percebida de forma diferente entre os alunos, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino, como mostram os dados do Gráfico 7 (MEC, 2020). Em 2020 no Brasil, a maior diferença entre os sexos era observada no 6º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série percebida era de 28,2% para o sexo masculino, contrapondo-se a 16,8% para o sexo feminino (MEC, 2020).

[23] Refere-se à proporção de alunos matriculados com dois anos ou mais acima da idade recomendada para aquelas séries/ano de ensino. Os dados são coletados pelo censo escolar, multiplicado por 100 – gerando percentual. Quanto mais alto, pior a defasagem.

[24] Dados disponíveis em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

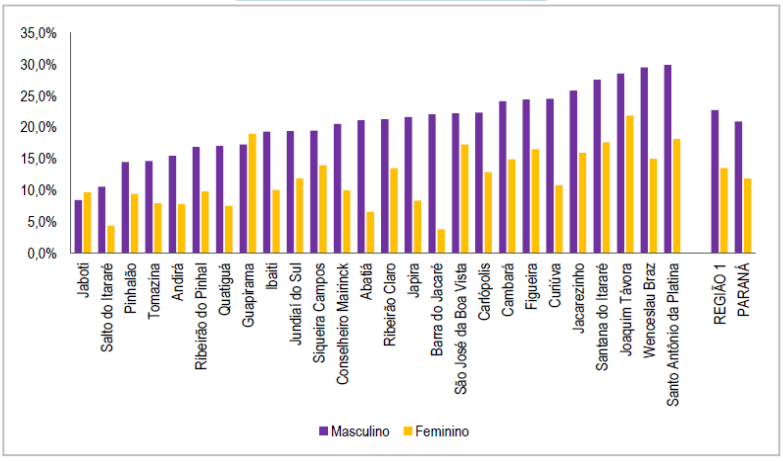
GRÁFICO 7 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - Região1 e Paraná - 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A média da Região 1 registra distorção superior a paranaense em ambos os sexos, sendo a masculina mais aguda, porém abaixo das médias nacionais. Tal fato coaduna com os registros a nível de Brasil, em que a distorção idade-série é observada com maior frequência nos alunos de sexo masculino. Este padrão se repete no Brasil, no Paraná e na Região 1. O Gráfico 8 apresenta os dados da distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo, fazendo o comparativo dos municípios, da região e do Paraná.

GRÁFICO 8 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - municípios, Região 1 e Paraná - 2019.

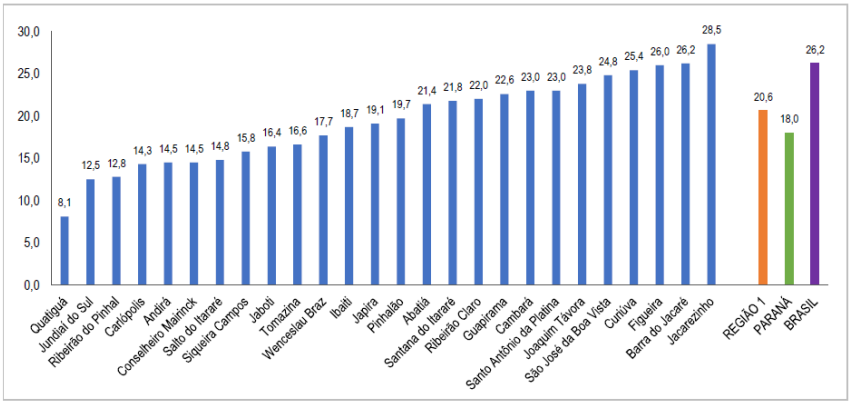


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A distorção idade-série está presente em todos os municípios da Região 1. Apenas dois municípios, Guapirama e Jaboti, apresentam a distorção idade-série entre o público feminino maior do que a do masculino. Onze municípios apresentaram distorção no público masculino inferior à estadual: Jaboti, Salto do Itararé, Pinhalão, Tomazina, Andirá, Ribeirão do Pinhal, Quatiguá, Guapirama, Ibaiti, Jundiaí do Sul e Siqueira Campos. Ao analisarmos a questão do público feminino, constata-se que treze municípios se encontram abaixo da média do estado.

Quando observamos as questões referentes à distorção idade-série no ensino médio (Gráfico 9), é possível verificar que a situação de atraso escolar se intensifica em comparação com a etapa de ensino anterior. As taxas de distorção de cada município podem ser analisadas a seguir.

GRÁFICO 9 - Distorção idade-série no ensino médio (%) – municípios, Região 1, Paraná e Brasil - 2019.

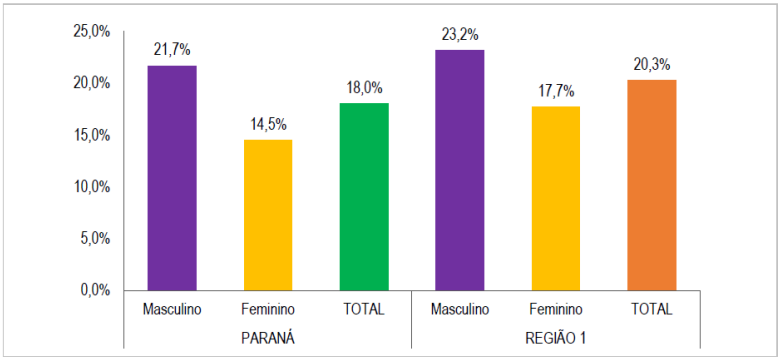


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Na Região 1, somente a cidade de Jacarezinho apresenta distorção idade-série superior à média brasileira, e quinze municípios apresentam dados superiores ao índice do Paraná. Verifica-se que onze municípios se encontravam abaixo do resultado estadual.

Em relação ao público, observa-se a mesma tendência vista nos anos finais do ensino fundamental; o público masculino é o que apresenta maior distorção, como mostram os dados apresentados no Gráfico 10. No entanto, as médias da Região 1 são maiores que as médias do Paraná.

GRÁFICO 10 - Distorção idade-série no ensino médio, por sexo - Região 1 e Paraná - 2019.



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

A distorção idade-série no ensino médio na Região 1 apresenta-se em patamar mais elevado do que no conjunto do estado, tanto no sexo masculino quanto no feminino. A distorção do sexo feminino da Região 1 registrou, em relação à média paranaense do mesmo grupo, maior amplitude de distância, 3,2 pontos percentuais. Já a distorção do sexo masculino teve uma diferença para a média desse grupo no estado de 1,5 ponto percentual. Contudo, no comparativo entre o Paraná e a Região 1, nota-se que a distorção das estudantes do sexo feminino é inferior à dos alunos do sexo masculino no Paraná e na Região 1, tendo 5,5 pontos percentuais a menos.

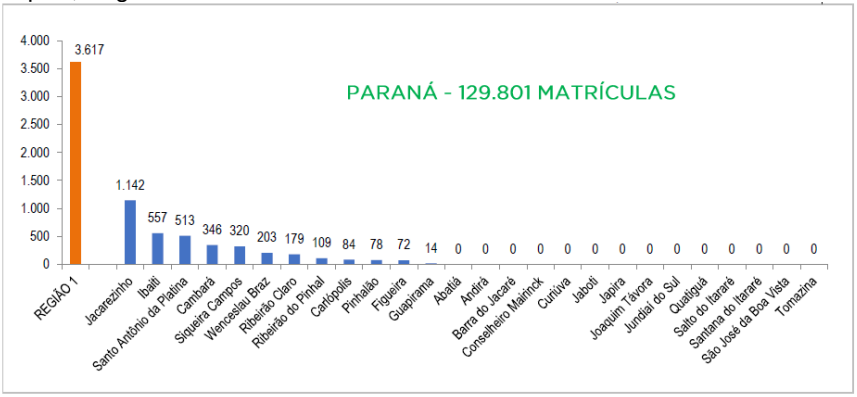
De acordo com informações apresentadas no relatório do IPARDES de 2020, um a cada cinco jovens que estavam na educação básica possuía atraso escolar, ou seja, estava cursando série/anos inferiores aos de sua idade.

Constata-se, diante desses indicadores, a necessidade de políticas públicas que visem diminuir a distorção idade-série no ensino médio, tendo em vista que os índices municipais apresentados são expressivos e estão presentes tanto no público feminino quanto no masculino. Entretanto, os resultados para o público masculino são os mais acentuados. Conforme o nível de

escolaridade vai aumentando, a distorção torna-se maior, sendo, portanto, um desafio educacional que precisa ser superado na região.

A fim de contribuir para um panorama fidedigno nas análises do ensino médio, amplia-se este estudo para os dados referentes às matrículas na educação profissional técnica de nível médio[25]. Das 129.801 matrículas na educação profissional técnica de nível médio no estado do Paraná em 2019, somente 3.617 matrículas estavam efetivas na Região 1. O Gráfico 11 apresenta a quantidade de matrículas em educação profissional técnica de nível médio de cada município que compõe a Região 1 em comparação com o total da própria região e do estado do Paraná.

GRÁFICO 11 - Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio da rede pública - municípios, Região 1 e Paraná - 2019.



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

Quando consideradas as matrículas de nível médio, a Região 1 possui 2,8% das matrículas em educação profissional, que compreende 3,2% do total de matrículas no estado do Paraná. Das matrículas em educação profissional, 31,6% estão concentradas no município de Jacarezinho, e sequencialmente Ibaiti, que oferta um número menor de matrículas.

Quatorze municípios da Região 1 não possuem em seu território matrículas públicas em educação profissional, podendo indicar a inexistência de escolas e instituições que ofertem o ensino profissionalizante em nível médio nessas localidades. A ampliação do número de escolas e instituições que ofertam esta modalidade de ensino nesses municípios é importante para a melhoria da mão de obra dos trabalhadores e para o desenvolvimento de projetos que envolvam inovação e desenvolvimento tecnológico.

A educação profissional de nível médio pode impactar diretamente a vida dos cidadãos, tanto nas questões do aumento de escolaridade quanto nas questões de renda e do desenvolvimento da região. Programas de desenvolvimento regional, como o Paraná Produtivo, podem oferecer condições para a geração de empregos qualificados, que contribuem na produção de riqueza regionalmente.

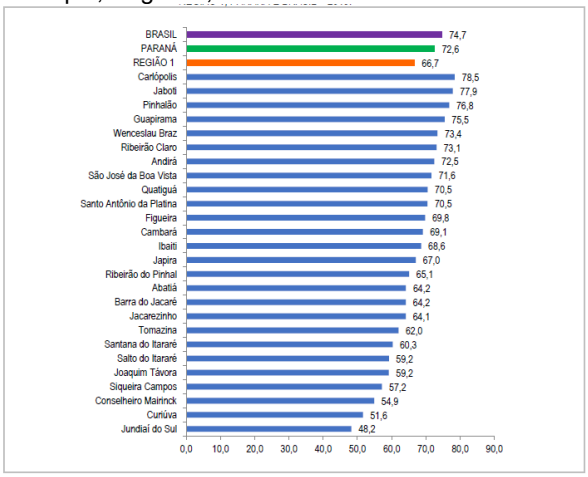
Frequentemente, verifica-se a existência de relação entre escolaridade e renda, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a renda auferida pelo trabalhador. Nesse sentido, há uma expectativa de que aos 18 anos de idade o indivíduo tenha concluído o ensino médio e possa garantir uma renda mínima vinculada a essa escolaridade básica.

No levantamento das pessoas com 18 anos ou mais de idade, cadastradas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, na Região 1 encontrou-se, no cenário em que as oficinas foram realizadas, 56.440 pessoas empregadas; 2.604.872 no Paraná e 37.801.665 no Brasil.

[25] A educação profissional técnica de nível médio corresponde à habilitação e a preparação geral para o trabalho. Compreende as seguintes ofertas: curso técnico integrado, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente e curso normal/magistério de nível médio.

Destas 56.440 pessoas empregadas na Região 1, o percentual de pessoas que haviam concluído pelo menos o ensino médio era de 66,7%, percentual menor que o do estado (72,6%) que, por sua vez, é menor que o Brasil (74,7%). Com os dados mostrados no Gráfico 12 é possível constatar que apenas seis municípios da Região 1 apresentaram percentuais de trabalhadores formais com pelo menos o ensino médio completo, acima da média do Paraná. Dos 26 municípios, doze apresentaram percentuais abaixo da média da região.

GRÁFICO 12 - Percentual de pessoas com 18 anos ou mais empregadas formalmente com pelo menos ensino médio completo - município, Região 1, Paraná e Brasil - 2019.

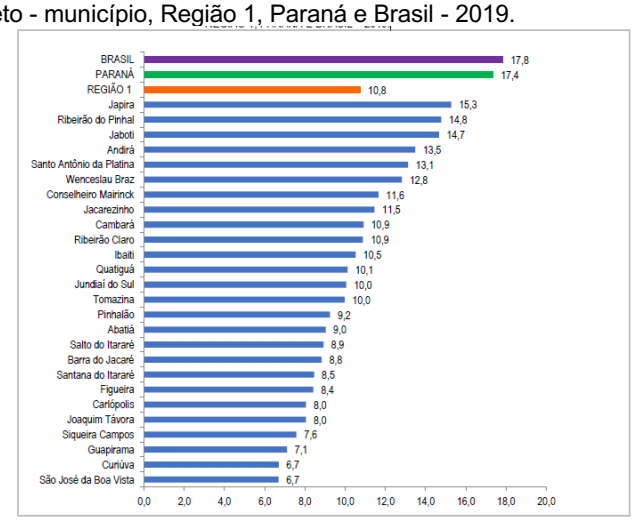


FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

Percebe-se a necessidade de políticas para a elevação do nível de escolaridade dos moradores da Região 1, ofertando capacitação profissional desde o ensino médio. Em alguns municípios da região, por outro lado, a proporção de trabalhadores formais com pelo menos o ensino médio completo é maior do que a média do estado. Esses municípios são: Carlópolis, Jaboti, Pinhalão, Guapirama, Wenceslau Braz e Ribeirão Claro.

Uma avaliação do mercado de trabalho com maior nível de escolaridade (ensino superior), considerando as pessoas com idade a partir de 24 anos, é perceptível que a Região 1 ainda está aquém se comparada ao estado e ao país, no comparativo entre o nível de escolaridade e idade, como mostram os dados do Gráfico 13. Em 2019, apenas 10,8% das pessoas empregadas na Região 1 possuíam ensino superior, exceto aqueles com vínculo no setor público, percentual menor que a média do estado do Paraná (17,4%), que por sua vez é menor que o do Brasil (17,8%).

GRÁFICO 13 - Percentual de pessoas com 24 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino superior completo - município, Região 1, Paraná e Brasil - 2019.

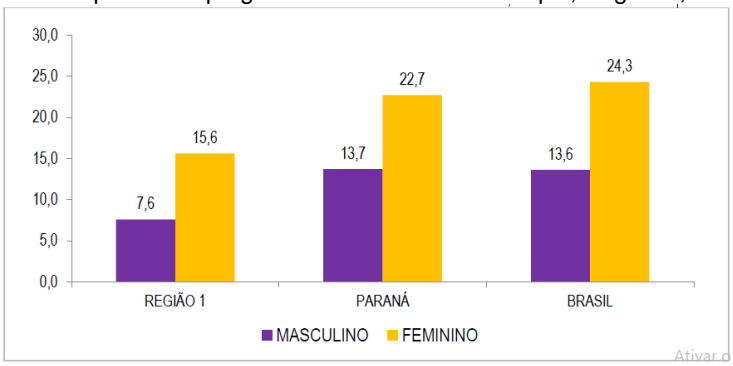


FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

É possível verificar, ainda pelo Gráfico 13, que todos os municípios da Região 1 apresentaram percentuais abaixo do Paraná e do Brasil, sendo que os municípios de Japira (15,3%), Ribeirão do Pinhal (14,8%) e Jaboti (14,7%) apresentaram os melhores resultados (IPARDES, 2020). Na desagregação por sexo, dos 5.068 trabalhadores formais com 24 anos e mais de idade e com ensino superior completo, 56,9% eram do sexo feminino e 46,1% do sexo masculino, excetuando os trabalhadores do setor público. Analisando os dados do ensino superior na região, apenas 17% dos alunos matriculados concluem os cursos de graduação, sendo que 48% estão cursando o ensino superior presencialmente.

Na Região 1, o percentual de mulheres com ensino superior completo (15,6%) é pouco mais que o dobro dos homens (7,6%). No entanto, os percentuais de trabalhadores da Região 1 apresentam os menores níveis de empregados formais (do sexo masculino e feminino) quando comparados com o Paraná e Brasil, conforme mostram os dados do Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Percentual (%) de pessoas com 24 anos ou mais, do sexo masculino e feminino, com pelo menos ensino superior completo e empregadas formalmente - município, Região 1, Paraná e Brasil - 2019



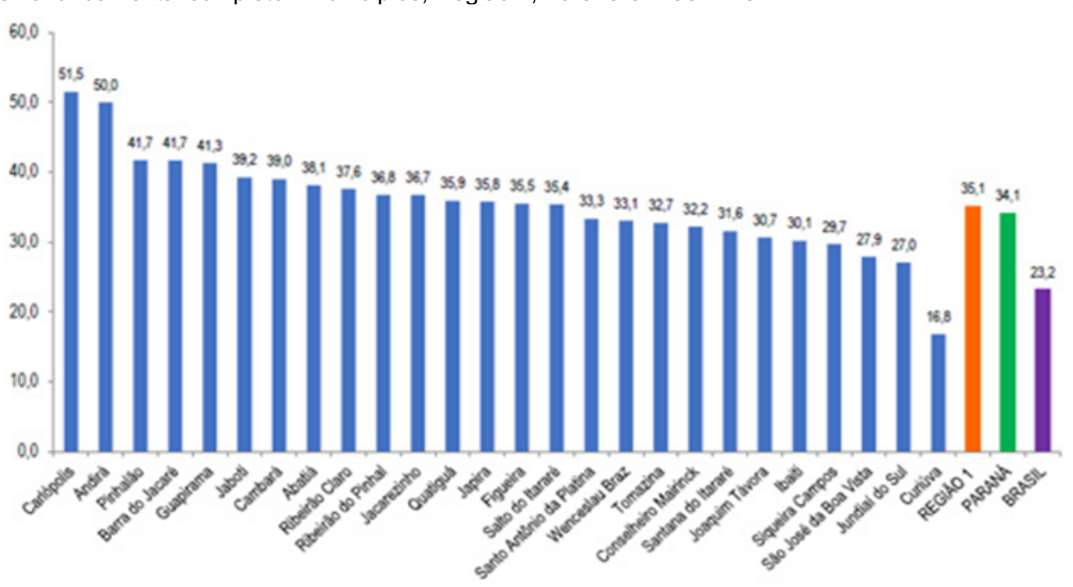
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

Em relação ao ensino superior, destaca-se que os dados da Região 1 seguem a mesma tendência do Paraná e do Brasil quando analisada a predominância do sexo feminino nos empregos formais. No entanto, a região apresenta uma diferença de 7,1 pontos percentuais inferior à média do estado ao compararmos a quantidade de mulheres empregadas formalmente na Região 1. A diferença numérica apresenta-se um pouco menor quando observamos os dados relativos ao sexo masculino; essa diferença cai para 6,1 pontos percentuais.

Além da qualificação profissional com o ensino superior, percebe-se que as questões econômicas são fomentadas por uma parcela importante da população. A Região 1 apresenta uma base econômica pautada na agricultura. Este fato ressalta a importância da análise da relação da escolaridade com a atividade econômica primária na região. Para isto, foi considerado o percentual de produtores responsáveis pelos estabelecimentos de agricultura familiar, com pelo menos ensino fundamental completo.

Em relação à escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar da Região 1, 35,1% tinham ao menos o ensino fundamental completo. No Paraná, a parcela é de 34,1%, enquanto no Brasil é de 23,2%, conforme apresenta o Gráfico 15.

GRÁFICO 15 - Percentual de responsáveis pelo estabelecimento e a agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo - municípios, Região 1, Paraná e Brasil - 2017



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Os dados da Região 1 superam os dados do Paraná e do Brasil. Na Região 1, nota-se que 15 municípios possuem percentual maior de agricultores familiares com pelo menos ensino fundamental completo em comparação com o Paraná. As médias do estado e da região se apresentam superiores à média do Brasil (23,2%).

A agricultura é uma das fontes de geração de renda tanto para os moradores quanto para a região, por isso, investir na elevação do nível de escolaridade dos agricultores é de suma importância, pois impacta diretamente no desenvolvimento do território e das pessoas que nele habitam.

As análises realizadas nesta seção trazem um recorte temporal que permite uma comparação dos municípios, região e país em dados educacionais importantes como IDEB, distorção série-idade, educação profissional técnica de nível médio, ensino superior, relacionando-os também a questão de sexo (masculino e feminino) e empregabilidade. Com a apresentação destes dados, obtém-se um diagnóstico de alguns aspectos educacionais que merecem atenção, particularmente no desenvolvimento de políticas que visem a melhoria na qualidade da educação pública ofertada pelo estado.

Diante dessas análises, é importante a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitem maior acesso e permanência nas instituições de ensino superior aos moradores da Região 1. O desenvolvimento econômico da região está atrelado diretamente à qualificação profissional das pessoas. E uma das formas de qualificação é o acesso às universidades, institutos federais e demais instituições que ofertem ensino superior, seja de maneira presencial ou educação a distância. Além disso, foi possível perceber que, conforme o nível de

escolarização avança, as mulheres conseguem uma taxa menor de distorção série-idade, acessam o ensino superior e são empregadas formalmente.

Observa-se ao longo desta seção a preocupação com determinadas questões educacionais, tendo em vista a população jovem da região. Os indicadores apresentados justificam ações que potencializem uma maior formação empreendedora, assim como uma formação de nível superior mais atrativa. Desta forma, é possível uma maior permanência dos jovens, gerando uma mão de obra com melhor qualificação e com capacidade de transformar o território. O fenômeno observado na Região 1 é similar ao que tem ocorrido em escala global, e, para isso, planejar cursos atraentes e que possuam aderência com o perfil da sociedade deste território torna-se fundamental como estratégia de alavancagem social. Assim, o capital humano pode, inclusive, ser elemento de atratividade empresarial. A pouca oferta de cursos técnicos profissionalizantes indica uma necessidade de alteração deste panorama, seja com a oferta de um maior número de vagas por meio do instituto federal, ou por meio de cursos técnicos na rede estadual de ensino médio. Outra opção interessante seria a oferta de cursos disponibilizados pelo SENAI.

Na próxima seção, serão abordados os indicadores relacionados à saúde e como esses indicadores podem influenciar na qualidade de vida no território, assim como influencia o êxodo de jovens com talento para transformação social.

1.4 Saúde

Pontos de Atenção

- Número de leitos por habitante como sendo um indicador que posiciona a Região 1 dentro dos parâmetros da OMS;
- Número de profissionais da saúde por habitante abaixo da média estadual e nacional;
- Taxa de mortalidade infantil similar a média do Paraná e abaixo da brasileira;
- Importância do SUS no atendimento regional.

Esta seção apresenta um diagnóstico referente à situação da saúde na Região 1, especialmente em relação aos profissionais e equipamentos de saúde. As questões relacionadas à saúde são, muitas vezes, decisivas em relação à qualidade de vida e de oportunidades para os jovens talentos. Desta forma, essa seção procura compreender como os indicadores apresentados possibilitam uma visão mais holística do planejamento territorial, e como isto pode potencializar ou não a qualidade de vida no território. Durante a realização do diagnóstico, foi observada a relação entre a ausência de médicos em quantidade e a perda na qualidade dos serviços de saúde, sendo um ponto de atenção para a Região 1. Em decorrência disso, os jovens da região migram para outras localidades com melhor qualidade em relação à saúde, observação também feita na seção anterior em relação à educação. Ambos são pontos basilares para o desenvolvimento econômico e social do território.

Embora a infraestrutura de saneamento tenha impacto na saúde das pessoas que vivem na região, o diagnóstico relacionado a este tema será apresentado na seção específica relacionada à infraestrutura.

Quando se trata de um diagnóstico sobre a saúde em uma região, é fundamental abordar a importância do chamado Sistema Único de Saúde (SUS)[26], instituído no país em 1988 por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um sistema destinado a garantir o acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde. Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS beneficia cerca de 190 milhões de brasileiros e realiza cerca de 2,8 bilhões de atendimentos por ano, desde

[26] Fonte: https://pensesus.fiocruz.br/sus e https://www.saude.mg.gov.br/sus#:~:text=O%20SUS%20%C3%A9%20o%20%C3%BAnico,para%20qualquer%20atendimento%20de%20sa%C3%BAde..

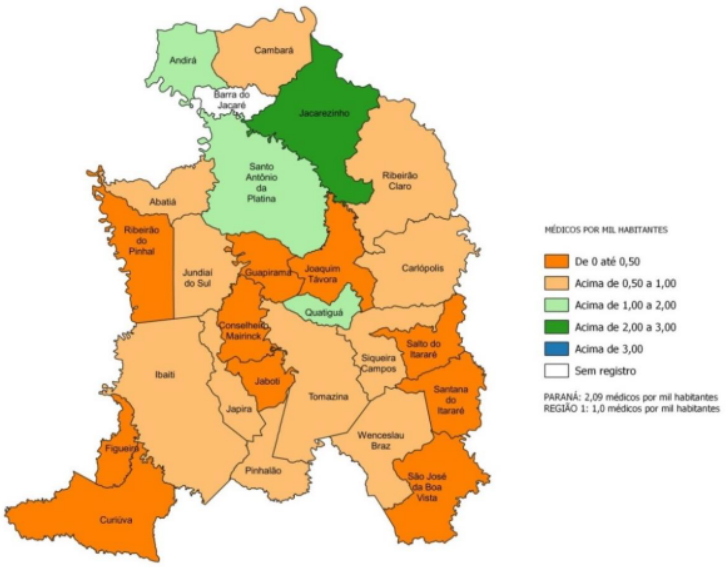
procedimentos ambulatoriais simples até atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal, sendo que cada ente tem suas corresponsabilidades. Os desafios são muitos, cabendo ao governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos, identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos).

Um dos indicadores analisados nessa fase do relatório sobre a Região 1, pauta-se no número de profissionais médicos cadastrados, por mil habitantes, para mensurar a disponibilidade de atendimento à população. Com esta informação, é possível saber quantos médicos estão disponíveis a cada mil habitantes na região definida.

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil (2019), o Paraná possuía 23.911 médicos neste cadastro. No mesmo período, um levantamento[27] do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Universidade de São Paulo (USP) indicou que o Brasil possuía 500 mil médicos. A Região 1 possui 346 médicos no registro de estabelecimentos de saúde, o que representava 1,4% do total de médicos no Paraná. A Figura 2, a seguir, indica a quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 1.

FIGURA 2 – Quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região1, por intervalo de valores - 2020



FONTES: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

De acordo com o levantamento observado, a Região 1 possuía 1,0 médico por mil habitantes, valor inferior ao do Paraná, 2,1 médicos por mil habitantes, e ao do Brasil, 2,38 médicos por mil habitantes. Somente o município de Jacarezinho apresenta média situada entre 2,0 e 3,0 médicos por mil habitantes. Andirá, Santo Antônio da Platina e Quatiguá estão na média que vai de 1,0 a 2,0 médicos por mil habitantes. Dos 26 municípios da região, só 4 apresentam uma média superior a 1,0 por mil habitantes; os demais municípios possuem número de profissionais da saúde inferiores a essa média.

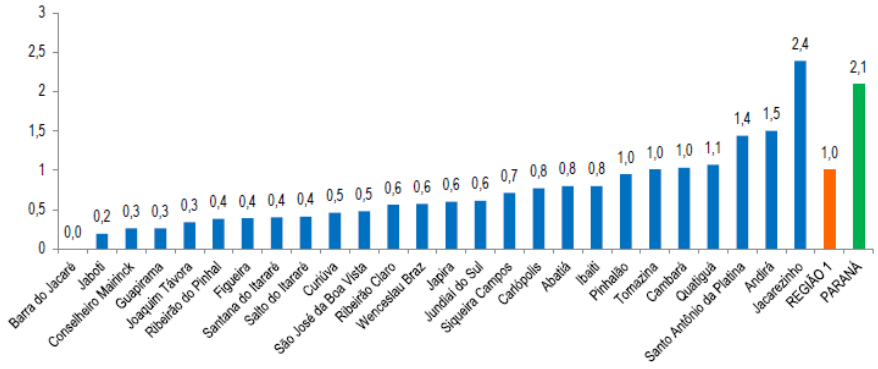
A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) não definem ou recomendam um número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante.

[27] Fonte: https://revisamed.com.br/residencia-medica/quantos-medicos-tem-no-brasil/

Como destacado anteriormente, o município de Jacarezinho possui o maior valor, sendo 2,4 médicos a cada mil habitantes, o único da região com valor superior à razão do Paraná. O segundo colocado é Santo Antônio da Platina com 1,4 médicos por mil habitantes.

Esta discrepância da oferta de médicos entre os municípios pode ser observada no Gráfico 16, em que se percebe vinte municípios abaixo da média regional, inclusive sem registro de média em um deles, indicando uma deficiência na cobertura médica no atendimento da atenção básica de saúde.

GRÁFICO 16 – Médicos por mil habitantes - municípios, Região1 e Paraná - 2019

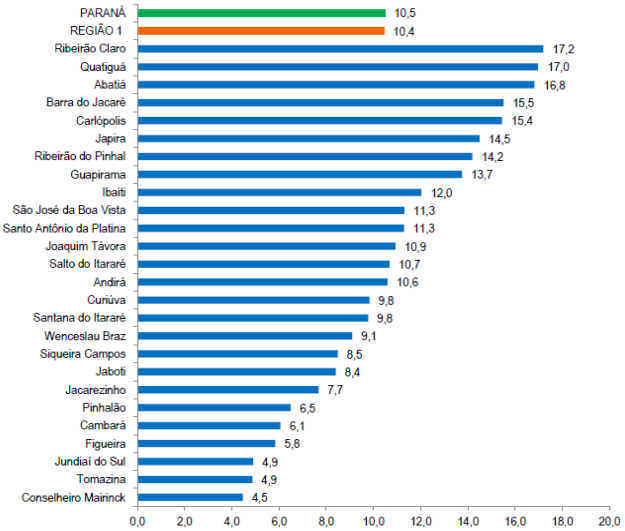


FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019.
NOTAS: O município de Barra do Jacaré não possui nenhum médico registrado. Retirado da base de Dados do Estado – BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODS 3 – Médicos por mil habitantes, posição em dezembro do ano referido.

A oferta de profissionais da saúde depende de inúmeros fatores, que, muitas vezes, precisam ser combinados. A tendência é que exista uma maior concentração de profissionais da área em centros econômicos e em lugares que possuem cursos da área de saúde e disponibilidade de serviços de saúde. Desta forma, um dos desafios para o planejamento de uma região está em combinar oferta de serviços básicos de saúde e a disponibilidade de profissionais qualificados para o atendimento descentralizado no estado.

Outro dado relacionado às questões de saúde são os indicadores das taxas de mortalidade infantil. Essa taxa refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos na população residente em um espaço geográfico, em um determinado período considerado. Para esta análise neste diagnóstico, foi utilizado o recorte temporal dos anos de 2015-2019, dados disponíveis no momento de realização das oficinas, conforme pode ser observado no Gráfico 17. Foi considerada a classificação estabelecida pela Rede Interagencial de Informações para Saúde (RIPSA), na qual o valor da taxa de mortalidade de menores de um ano de idade é entendido como: alta (50 ou mais), média (20 a 49) e baixa (menos de 20).

GRÁFICO 17 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total – média do quinquénio - municípios, Região1 e Paraná - 2015 a 2019



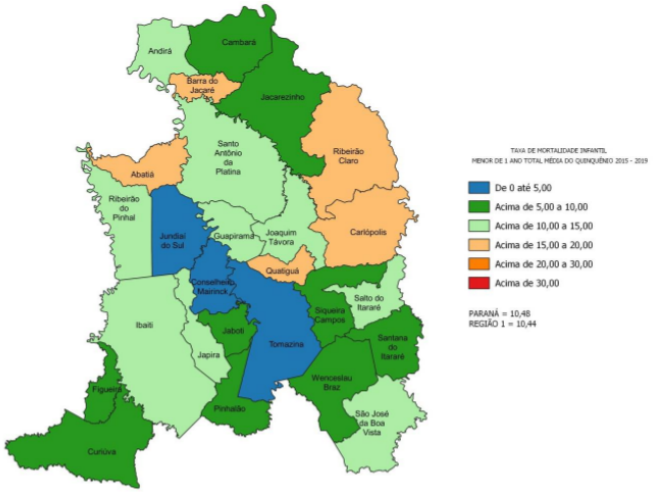
FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019.
NOTAS: Retirado da base de Dados do Estado – BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODS 3. Não incluído casos de local ignorado.

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 17, havia uma pequena diferença entre a taxa média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade da Região 1 e a taxa do estado do Paraná, 10,5 e 10,4, respectivamente, no período analisado. Abaixo destas taxas estavam somente 12 municípios, porém, em toda a Região 1 a taxa total média do quinquênio esteve abaixo de 20 por mil, enquadrando-se na referência de taxa baixa, conforme preconiza a Rede Interagencial de Informações para Saúde – RIPSA.

Há uma tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras. No estado do Paraná, de 2014 a 2018, houve uma considerável redução, maior do que a ocorrida no Brasil, conforme observado no Plano Estadual de Saúde do Paraná (2020). No entanto, há ainda a necessidade de desenvolvimento de ações para compreender fatores que fazem com que 14 municípios da Região 1 tenham apresentado taxas médias mais elevadas do que a taxa média do estado.

A Figura 3 apresenta a taxa média total de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade dos municípios da Região 1 no quinquênio 2015 a 2019. Este mapa permite observar que três municípios apresentavam baixíssimas taxas de mortalidade infantil, enquanto 18 se encontravam dentro do padrão baixo, podendo ser melhoradas. Por outro lado, cinco municípios apresentavam uma média entre 15 a 20 óbitos, cenário que demanda ações para melhorar esta realidade.

FIGURA 3 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média do quinquênio dos municípios da Região 1 – 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

Outro parâmetro vinculado à infraestrutura de saúde na região é o número de leitos por mil habitantes. Em 2019, esta taxa era de 3 leitos por mil habitantes na Região 1. Enquanto isso, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mesmo período, o estado do Paraná dispunha de 2,7 leitos por mil habitantes e o Brasil, 2,3[28].

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes, indicando que, pelo menos em média, a Região 1 está mais próxima desta recomendação do que o estado e o país. Mesmo apresentando uma média superior à do estado e do país, a disponibilidade de leitos na Região 1 precisa ser aumentada para que o processo de atendimento básico seja consolidado.

Na Região 1, claramente, o SUS desempenha um papel fundamental no atendimento à saúde dos habitantes. Estima-se que 80% dos usuários do SUS no Brasil dependem exclusivamente deste sistema para qualquer tipo atendimento à saúde, fato que certamente engloba a Região 1[29].

No estado do Paraná, entre 2016 a 2019, observou-se uma média de 49% do total de leitos hospitalares vinculados à rede do SUS. Houve um aumento circunstancial no número de leitos no período entre 2020 e 2021, devido à pandemia de coronavírus, chegando a 56,7% dos leitos provenientes do SUS, índice que mostra a importância desse sistema no enfrentamento de uma pandemia. Atualmente, o volume de leitos da rede SUS no estado está em 48,5% do total dos leitos hospitalares[30].

Do total de internações na rede do SUS ocorridas no estado do Paraná em 2022, cerca de 3,4% ocorreram em municípios da Região 1[31]. O fato de a região concentrar menos de 3% da população do estado mostra que os 3,4% de internações pelo SUS aponta para a importância estratégica desse sistema para a região.

[28] Fonte: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf
[29] Fonte: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf
[30] Fonte: CNES, Datasus, 2023. Disponível em: https://elasticnes.saude.gov.br/.
[31] Fonte: Ipardes, 2023. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Do ponto de vista dos estabelecimentos de saúde, segundo dados divulgados pelo IPARDES de 2023, a Região 1 concentra 6,85% do total dos estabelecimentos estaduais de saúde, 4,27% dos municipais e 2,27% dos estabelecimentos da rede privada[32].

Além do que já foi apresentado anteriormente, merece atenção também a quantidade de dentistas por 1000 habitantes, fator bastante relevante quando se fala em qualidade de vida de uma população. Para este indicador, a OMS recomenda uma concentração de 1 dentista para cada 1.500 habitantes[33], o que leva um fator de aproximadamente 0,7 dentista por mil habitantes. Assim como no caso da quantidade de leitos, em 2020 a Região 1 se enquadrava no limite da OMS, possuindo 0,7 dentistas para cada mil habitantes, número equivalente ao do estado do Paraná. No mesmo o ano, o Brasil apresentava uma concentração de dentistas por mil habitantes de 0,5, menor que a recomendação da OMS[34].

Mesmo possuindo uma relação dentista/habitante situada no limite preconizado pela OMS, como é o caso da Região 1, a questão da saúde bucal deve receber atenção em projetos de desenvolvimento regional, pois envolve não só a infraestrutura e a disponibilidade de profissionais, mas também a educação das pessoas.

Os indicadores apresentados merecem atenção e fortalecem a necessidade de que o planejamento territorial seja sistêmico. Pensar em desenvolver a Região 1 em termos econômicos necessita claramente que sejam executadas ações que melhorem as condições de saúde para a sociedade em geral, como, por exemplo, aumentando o número de médicos por habitante, visando alcançar minimamente a média estadual.

De certa forma, o que se observou nos indicadores apresentados nessa seção trarão reflexos para os indicadores apresentados na próxima seção que diz respeito ao desenvolvimento do setor privado.

1.5 Setor Privado

Pontos de Atenção

- A participação do setor da agropecuária na Região 1 é bastante representativo e está sofrendo uma transição de culturas tradicionais, como café e cana-de-açúcar, para olericultura e fruticultura;
- A distribuição do VAB está concentrada no comércio, agropecuária e indústria, nesta ordem de participação;
- Embora com resultados melhores do que a média do estado e do país, ainda é observado na Região 1 que, a cada R$100 de rendimento médio recebido por um homem, uma mulher recebe R$ 87,60. Isso indica uma desigualdade de rendimento em função de gênero na região;
- Em termos turísticos, a região possui rotas voltadas ao café e religiosa;
- Com relação ao VAFI, a média da região está abaixo do Paraná e do Brasil, indicando que a região necessita de um planejamento industrial.

O setor privado da Região 1 possui atividades que vão desde a agricultura familiar e agronegócio até indústrias de confecção, equipamentos de transporte e combustíveis e demais atividades voltadas para a demanda agregada local, como o comércio e serviços. Mais recentemente, a

[32] MS/DATASUS. Dados extraídos da Base de Dados do Estado. BDEweb IPARDES, 2023.

[33] Fonte: https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=fic&cod=Z06&tab=1#:~:text=Segundo%20o%20Conselho%20Federal%20de,81%2D82).

[34] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saude-bucal/1374-dentistas-por-mil-habitantes?filters=1,2325;26,2325

região também passou a abrigar algumas atividades voltadas ao turismo religioso, histórico e cultural.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Região 1 em 2018, dado disponibilizado no momento da realização das oficinas, era de R$ 9,4 bilhões, o que representava 2,14% de todo o PIB do estado do Paraná (PR), índice menor do que a proporção da população da região em relação à população estadual. Quando esse montante de riqueza é dividido pela população local, tem-se um PIB *per capita* de R$ 27,5 mil, que se apresenta menor para o Paraná, que é de R$ 36,6 mil, e para o Brasil, que foi de R$ 33,6 mil (IBGE, 2018). Contudo, em 2018, apenas 8 municípios concentravam 25% do PIB do Brasil, indicando fortes discrepâncias tanto em produtividade quanto em distribuição de riqueza no país.

Se, por um lado, o PIB *per capita* da Região 1 chegava a ser maior que o mesmo indicador para o Norte e Nordeste do país, por outro lado, estava menor que a média das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, refletindo as distorções observadas em escala nacional. Especificamente em relação ao estado do Paraná, dados de 2019 indicavam que apenas dez municípios concentravam 53% do PIB estadual[35], o que mostra que a média do PIB da Região 1 não é tão diferente da média da maioria dos municípios do estado.

Considerando o Valor Adicionado Bruto (VAB)[36], a Região 1 gerava R$ 8,6 bilhões em 2019, sendo que, desse total, 61,9% vinham do comércio, serviços e administração pública; 19,7% da agropecuária e 18,4% da indústria. Para o estado do Paraná, a participação dos diferentes setores no VAB chegava a 65,9% para o setor de comércio, serviços e administração pública; 9,5% para a agropecuária e 24,6% para a indústria. Enquanto isso, a participação dos diferentes setores no Brasil foi de 72,9 % para o comércio, serviços e administração pública; 5,2% da agropecuária e 21,9% para a indústria. Nota-se, com base nessas informações[37], que a participação do setor da agropecuária na Região 1 é, do ponto de vista de pontos porcentuais, maior do que a média do Paraná e do Brasil.

O comportamento dos estabelecimentos do setor produtivo indica a mesma tendência; no estrato que combina somente agropecuária, indústria e comércio, em 2020 a agropecuária era o segundo setor em quantidade de empresas na Região 1, com 1666, atrás do setor de comércio com 3474 e a frente da indústria, com 775 empresas. Esses resultados implicam no planejamento de ações específicas para esta realidade.

Na distribuição de empregos da Região 1[38], em 2020, o setor de serviços ocupava a primeira posição com 26.505 empregos (38,1%), a indústria ocupava a segunda posição, com 21.241 empregos (30,5%), seguida pelo comércio, com 13.131 (18,9%), agropecuária, com 5.405 (7,8%), construção, com 1.456 (2,1%) e o extrativismo mineral, com 1.786 (2,6%). No Paraná[39], para o mesmo ano, o setor de serviços também ocupava o primeiro lugar, com 41,6% dos empregos, seguido pela indústria, com 25,8%, pelo comércio, 23,7%, pela agropecuária, com 3,9%, e pela construção, com 4,9% das vagas.

Enquanto isso, no Brasil, o setor de serviços também ocupava a primeira posição no número de empregos, com 47,6% das vagas, mas o comércio vinha em segundo lugar, com 23%, tendo a indústria em terceiro lugar, com 20,2%, seguido pela construção, com 5,3%, e pela agropecuária, com 3,9% dos empregos.

---

[35] Fonte: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios

[36] O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VAB's setoriais e dos impostos, sendo a principal medida do tamanho total de uma economia.

[37] Fonte: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmFjYmRlOWYtNjhiYy00Zjg0LTgyNzMtODY5NTEzM2Q3N2Q1IiwidCI6IjVjM2UyODFlLTg0N2UtNDgyOC04MTU5LTgzYjg2Njc0MTdjNiJ9

[38] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/

[39] Fonte: Painel de Informações do Novo CAGED, 2022, https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749

A participação da agropecuária nos empregos da Região 1 é maior que a média do estado e do país, apontando para o fato de que o setor produtivo da região ainda pode sofrer alterações significativas diante da possibilidade de melhorias nos índices educacionais ou desenvolvimento tecnológico. De fato, a distribuição populacional da região, como apontado na Seção 1.2, indica maior participação na zona rural, tanto em relação ao Paraná quanto em relação ao Brasil, podendo ser este um dos fatores que contribui para a diferença encontrada no VAB da Região 1 em relação ao estado e ao país. Trata-se de um dado que merece atenção, particularmente no que diz respeito à concentração de renda, à qualificação da população e à necessidade de diversificação da atividade produtiva.

Considerando as dificuldades potencializadas pela pandemia do coronavírus, é conveniente uma breve análise das movimentações recentes do emprego na Região 1. No período de 2019 a 2020, observa-se que, considerando todos os setores de atividades econômicas, a região apresentou um aumento de pouco menos de 0,25% no número de postos de trabalho, saindo de 67.904 para 68.068[40]. O Paraná abriu 52.670 vagas de emprego em 2020, aumento de quase 2% no número de postos de trabalho, enquanto para o Brasil esse número chegou a 142.690 empregos com carteira assinada, aumento próximo a 0,4% (CAGED, 2023). Assim, a Região 1 ficou abaixo do índice nacional e bem abaixo do índice estadual, dado que reforça os desafios ligados às questões do emprego na região.

Nas atividades produtivas referentes ao setor da agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura na Região 1, houve um decréscimo de 3,26% nos postos de trabalho, o que representa uma diminuição de 182 empregos (5.587 empregos em 2019 para 5.405 empregos em 2020). Esse resultado esteve na contramão da movimentação de empregos no estado, que neste mesmo setor de atividades econômicas, considerando o mesmo período, apresentou um crescimento de 2,76%.

Por outro lado, nas atividades produtivas relacionadas à indústria de transformação, entre 2019 e 2020, a Região 1 apresentou um aumento de 4,6% (21.086 para 22.054) nos empregos, enquanto no Paraná o aumento foi de 3,46% nos empregos industriais no mesmo período. Destaque para os municípios de Ibaiti (+158 empregos), Joaquim Távora (+227 empregos) e Siqueira Campos (+375 empregos). Nessa movimentação recente, um decréscimo significativo, em valores absolutos, foi observado em Santo Antônio da Platina, que perdeu 345 postos de trabalho entre 2019 e 2020. Percentualmente, deve-se destacar ainda o município de Salto do Itararé, com um decréscimo superior a 42% no total dos empregos industriais; em 2019, haviam 344 trabalhadores ocupados formalmente na indústria do município e, em 2020, haviam apenas 198 empregados.

O comércio, que foi o setor econômico mais atingido pela pandemia do coronavírus, apresentou uma redução de 0,98% no estoque de empregos do estado do Paraná. Na Região 1, o resultado também foi negativo, porém em menor grau, com uma redução de 0,32%. Dois municípios, entretanto, se destacaram por terem gerado novos empregos no setor do comercio: Ibaiti, com aumento de 110 vagas, e Joaquim Távora, com um saldo positivo de 42 vagas.

O conjunto de informações sobre movimentações de emprego na Região 1 indica que os setores afetados pela pandemia do coronavírus foram os da agricultura, pecuária e produção florestal, juntamente com o comércio. Particularmente no caso do comércio, a região acompanhou a tendência observada não só no estado, mas também no Brasil e no mundo. Já o comportamento do setor da agropecuária e produção florestal, a movimentação negativa pode estar ligada às demandas de desenvolvimento tecnológico e capacitação de mão de obra na região, assim como também a fatores externos, sendo necessários estudos mais aprofundados.

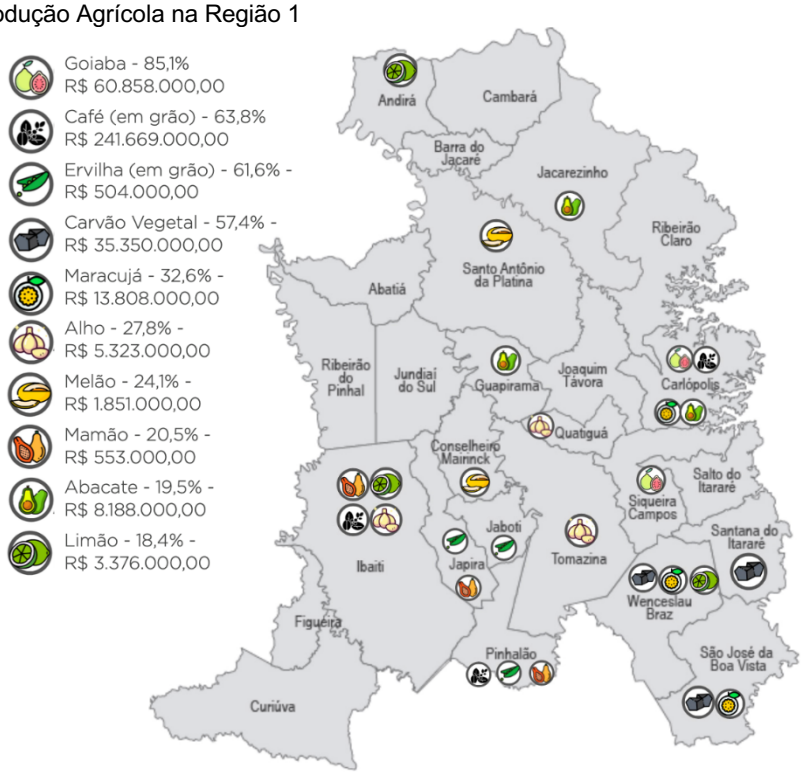
Do ponto de vista da produção, no setor agropecuário da Região 1 observa-se uma significativa participação do café e da fruticultura da região em relação ao estado, como se pode observar na Figura 4, em que é apresentada uma visão geral da produção de acordo com a divisão dos municípios da região. Os resultados apresentados na Figura 4 apontam para o fato de que a produção é variada, porém com maior foco na produção de alimentos. Em 2019, por exemplo,

[40] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/

foram 63,8% do valor da produção de café do estado, 85,1% da goiaba e 61,6% de ervilha, isso considerando apenas as culturas nas quais a região atende mais de 50% da produção estadual. Somando as demais culturas, a região chegou a movimentar mais de R$ 350 milhões até o momento da realização das oficinas.

Claramente, há ainda uma diversidade de outros produtos gerados no setor agropecuário da região que vai além dos mencionados, com destaque para a soja, milho, feijão e leite, por exemplo, passando por aquicultura, extrativismo vegetal, produção de origem animal, agricultura e silvicultura. Em números, a produção agropecuária da Região 1 chegou a movimentar mais de R$ 2,4 bilhões em 2019[41], sendo cerca de R$ 140 bilhões[42] (2019) do estado do Paraná e R$ 630,9 bilhões[43] (2019) do Brasil, ambos com predominância dos grãos.

FIGURA 4 – Produção Agrícola na Região 1



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, IPARDES, 2021.
*Representados os três primeiros municípios da Região 1 em valor de produção - 2019.
**Percentual do valor da produção da Região 1 em relação a produção do mesmo produto no Paraná - 2019.

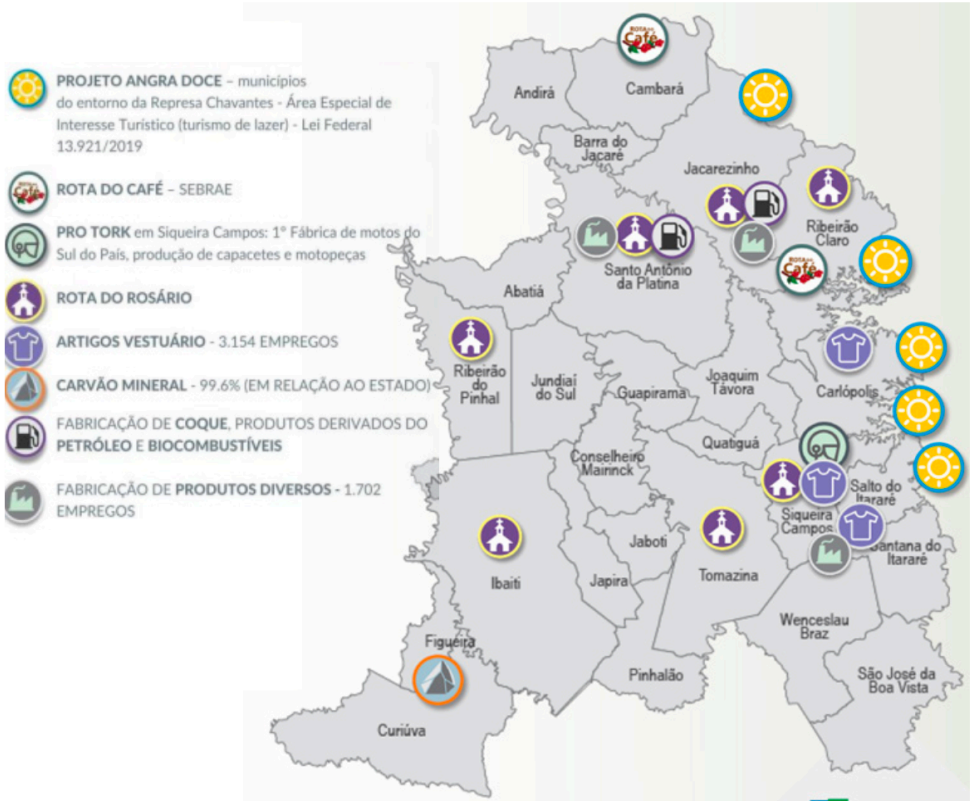
Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Paraná tinha 303.541 estabelecimentos agropecuários, destes 75,4% eram utilizados pela agricultura familiar, sendo que, no Brasil, este percentual era de 77,1% (IBGE, 2017). Na Região 1, o percentual de estabelecimentos utilizados pela agricultura familiar era de 73,8% do total, sendo 13.470 estabelecimentos, índice que fica próximo dos encontrados no estado e no país. Este indicador pode estar vinculado a uma transição ocorrida na região, em que culturas tradicionais, como o café e a cana-de-açúcar, estão abrindo espaço para a olericultura e fruticultura, especialmente em pequenas propriedades no modelo de agricultura familiar, o que também pode explicar a diversidade da produção indicada

[41] Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: https://paranaprodutivo.com.br/
[42] Valor Bruto da Produção. Fonte: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Setor-agropecuario-do-Parana-alcancou-os-maiores-patamares-da-historia-nos-ultimos-anos#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20animal%20do%20Paran%C3%A1,86%2C7%20bilh%C3%B5es%20em%202021.
[43] Valor Bruto da Produção. Fonte: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-encerra-2019-com-r-630-9-bilhoes#:~:text=Dados%20do%20Agroneg%C3%B3cio-,Valor%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Agropecu%C3%A1ria%20de%202019,de%20R%24%20630%2C9%20bilh%C3%B5es&text=O%20Valor%20Bruto%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o,do%20obtido%20no%20ano%20anterior.

na Figura 4. Embora ainda haja uma predominância do café, essa transição, bem como o estímulo à diversificação de culturas agrícolas, pode contribuir para a agregação de valor e geração de empregos e riqueza no campo.

Do ponto de vista de atrativos turísticos, no mapa mostrado na Figura 5 é possível localizar um conjunto de atrativos e roteiros que podem ser explorados na Região 1, com potencial para receber projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.

FIGURA 5 – Potencial Turístico e Produção Industrial da Região 1



Fonte: IBGE, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, IPARDES, 2021.

Dentre estes atrativos está o Projeto Angra Doce (Figura 5), que envolve os municípios do entorno da represa de Chavantes. Além de possibilitar o acesso a trilhas, cachoeiras e praias artificiais, a área em que se localiza o projeto oferece boas condições para esportes como canoagem, mergulho, asa delta, parapente, passeios náuticos, pesca esportiva, dentre outros. Devido a essas características, o Projeto Angra Doce[44] foi definido como Área Especial de Interesse (turismo de lazer) por meio da Lei Federal 13.921/2019. Os municípios que abrangem esse roteiro turístico são: Salto do Itararé, Siqueira Campos, Carlópolis, Ribeirão Claro e Jacarezinho.

Outro roteiro a ser considerado é a Rota do Rosário, Figura 5, que se tornou uma referência em turismo religioso regional, envolvendo municípios de Jacarezinho, Bandeirantes e Siqueira Campos. Além da beleza arquitetônica e do requinte das igrejas, destacam-se os santuários, os quais podem abrigar celebrações e peregrinações; os monumentos de grandes dimensões e as festas religiosas. Um destino bastante comum aos turistas que passam pela rota, é o Santuário de São Miguel Arcanjo, em Bandeirantes, e o Santuário Diocesano Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Santo Inocêncio, em Tomazina, considerado a “Capela Sistina do Norte Pioneiro Paranaense”. Nesta mesma rota, outros atrativos são a Catedral Imaculada Conceição, de Jacarezinho, e a tradicional festa de Bom Jesus da Cana Verde, de Siqueira Campos.

[44] O nome Angra Doce se deve à semelhança entre a paisagem formada pelas águas esverdeadas da represa e pelas inúmeras ilhotas da costa fluminense de Angra dos Reis (Fonte: https://siqueiracampos.pr.gov.br/noticia/2374/projeto-angra-doce/).

Ainda no que diz respeito ao turismo, outro atrativo histórico, cultural e gastronômico, é a Rota do Café, também ilustrada na Figura 5, com potencial para valorizar a tradição da produção do café, em outros tempos chamado de "ouro verde" nas terras roxas do Norte do Paraná. O Sebrae colaborou para a estruturação desse roteiro, que conta com mais de 30 empreendimentos (cafés, fazendas, ecoturismo e museus) em nove municípios e em um raio de 200 km.

As rotas que movimentam o turismo religioso, histórico, cultural ou gastronômico na Região 1 podem representar outro aspecto a ser valorizado na região, tanto do ponto de vista de capacitação dos prestadores de serviços quanto da melhoria de infraestrutura vinculada ao acesso, à estadia e alimentação. O desenvolvimento de projetos que valorizam o turismo na região pode auxiliar em ações de geração de riqueza, renda, conservação dos recursos naturais e valorização da cultura e dos saberes tradicionais, elevando a qualidade de vida das famílias.

O setor industrial da Região 1, como apontado anteriormente, é o segundo que mais emprega e tem uma produção também variada, conforme mostrado na Figura 5, com destaque para produtos que vão do vestuário ao carvão mineral. Na Região 1 também ocorre a produção de coque, combustível muito importante na indústria siderúrgica, além de outros derivados do petróleo. As usinas produtoras de etanol também estão presentes, fazendo com que a região seja destaque na produção deste combustível no Paraná. Apesar de rentável, a cana-de-açúcar, utilizada na produção do etanol, é uma cultura que tem um histórico de concentração de renda e degradação do solo, por isso a transição mencionada anteriormente tem sido importante para a região. As usinas produtoras de etanol têm passado por um processo de desenvolvimento tecnológico, o que faz com que empreguem um número menor de trabalhadores.

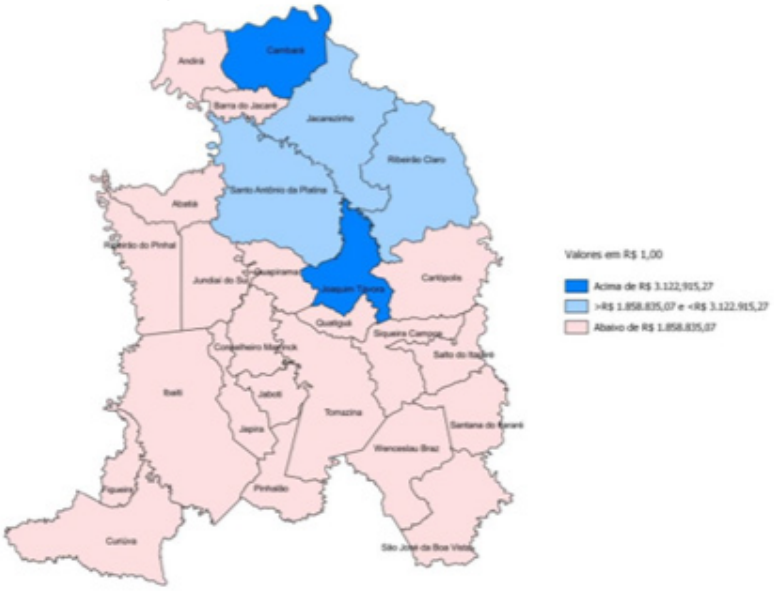
Outro destaque no setor industrial da Região 1, foi a instalação de uma das maiores fábricas de capacetes e peças para motocicletas da América Latina, em Siqueira Campos. Além disso, a partir de 2012 a mesma empresa passou também a atuar como montadora de motocicletas, tornando-se a maior indústria da região[45].

Uma análise do efeito econômico da indústria na região pode ser obtida através da Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (VAFI)[46] em função do número de estabelecimentos e do número de empregos. O estado do Paraná registrou, em 2018, o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (VAFI) R$ 103,9 bilhões, que distribuído entre os seus 33.284 estabelecimentos industriais, resultou em uma razão próxima de R$3,12 milhões por unidade. Já a Região 1, por sua vez, apresentou o VAFI de R$1,5 bilhão, correspondente a 1,4% do total do estado, que distribuído entre 796 estabelecimentos industriais, levou a uma razão próxima de R$ 1,9 milhão por estabelecimento, o que corresponde a cerca de 61% do valor estadual.

A Figura 6 mostra a distribuição da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos, para os diferentes municípios da região. Em 2018, apenas dois municípios apresentaram valores desta razão acima da média estadual: Joaquim Távora (R$14,8 milhões) e Cambará (R$4,1 milhões). Por outro lado, 21 municípios registraram valores abaixo da média da própria região. Estimativas feitas a partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa 2018)[47], indicam que, naquele ano, o valor por estabelecimento no Brasil ficou próximo a R$ 5,6 milhões, indicando que ainda há espaço para crescimento da indústria no Paraná e, mais especificamente, na Região 1.

[45] https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Em-Siqueira-Campos-industria-abre-oportunidade-para-jovens-e-mulheres
[46] O VAFI corresponde à diferença entre valores das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo Imposto de Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil (IPARDES, 2021).
[47] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27995-pia-empresa-309-mil-empresas-industriais-ocupavam-7-7-milhoes-de-pessoas-e-tiveram-receita-liquida-de-r-3-4-trilhoes-em-2018#:~:text=Em%202018%2C%20o%20faturamento%20bruto,2009%20(74%2C7%25).

FIGURA 6 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Estabelecimentos Industriais na Região 1



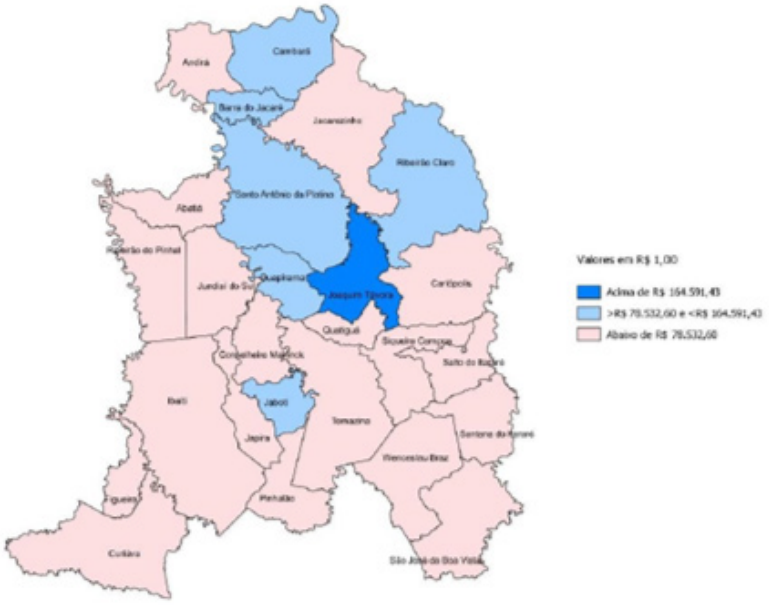
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010. Posição em 21 de janeiro de 2021.

O estado do Paraná registrou, em 2018, geração de valor médio por empregos (razão VAFI/número de empregados) de R$164,5 mil, enquanto na Região 1 esta razão indicou um valor de R$ 79,6 mil, gerados para cada um dos 18.841 empregados na indústria.

No Brasil, ainda segundo estimativas a partir de dados Pesquisa Industrial Anual - PIA Empresa, em média o empregado da indústria de transformação gerou uma movimentação de cerca R$ 163,1 mil, valor pouco abaixo da média do estado do Paraná (IBGE, 2018).

Na Figura 7, é apresentada a distribuição da razão entre VAFI e o número de empregados para a Região 1, de onde se percebe que apenas um município apresentou valor acima da média estadual: Joaquim Távora (R$403.745,41). No segundo grupo de municípios, os que apresentaram valores abaixo da média estadual, mas acima da média da região, foram Barra do Jacaré, Cambará, Jaboti, Ribeirão Claro, Guapirama e Santo Antônio da Platina. Por outro lado, 19 municípios registraram valores abaixo da média da própria região, puxando a média para um valor menor do que a metade do valor estadual.

FIGURA 7 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Empregados da Indústria de Transformação na Região 1



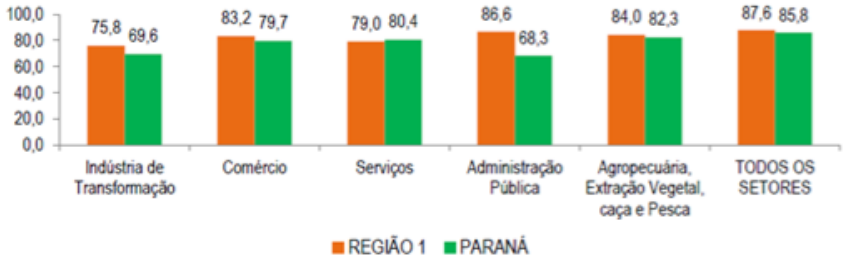
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA/PR, 2018; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relações Anuais de Informações Sociais – RAIS, 2018; ITCG, Base Cartográfica, 2010. Posição em 21 de janeiro de 2021.

Outro dado importante relacionado ao setor produtivo da Região 1, é a *Razão de Sexo do Rendimento Mensal da População de 18 anos e mais*[48], que representa uma medida da situação de mercado formal de trabalho em termos geográficos, setoriais e influência do sexo no rendimento dos empregados. O Gráfico 18 apresenta a Razão de Sexo em 2019 para oito setores disponíveis nos municípios da Região 1 e para o Paraná, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Deste gráfico, é possível perceber que, com exceção do setor de serviços, a diferença entre o rendimento médio das mulheres em relação aos homens era menor na Região 1 do que no Paraná.

Ao se considerar o total de 68.278 empregados com vínculo formal de trabalho na Região 1, a Razão de Sexo do Rendimento Mensal da População entre homens e mulheres foi de 87,6%, que significa que, para cada R$ 100,00 recebidos por um homem no momento da pesquisa, a mulher recebeu R$ 87,60. No Paraná, essa razão foi de 85,8%, enquanto no Brasil[49] o percentual foi de 79,5 %, indicando que, com a adoção de políticas adequadas, a Região 1 pode estar mais próxima de atingir objetivo número 5, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)[50].

[48] Quanto mais próximo de 100, maior será a igualdade entre os sexos; enquanto o valor abaixo de 100 indica que mulheres recebem menor rendimento que os homens, acima de 100 indica maior rendimento para as mulheres.
[49] Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge
[50] Fonte: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

GRÁFICO 18 – Razão de Sexo (Mulheres/Homens) do Rendimento Médio das Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade Empregadas Formalmente, Segundo Setores Econômicos Principais – Região 1 e Paraná – 2019



FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

Segundo dados de 2010, a taxa de pobreza[51] na Região 1 era de 9,19%, enquanto no Paraná esse índice era de 6,7%, e no Brasil, 15,2%, o que mostra que a região, embora em condição melhor que a média do país, apresenta um resultado pior ao do estado. De acordo com o relatório do IBGE daquele ano, em média, os índices de pobreza são maiores em municípios de porte médio ou pequeno[52].

Este desafio também era percebido no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região 1. Quando se considera a expectativa de vida da população, o IDHM de longevidade do município melhor colocado da Região 1, Barra do Jacaré, era de 0,813, menor que o do Paraná, 0,830, e ligeiramente menor que o do Brasil, que era de 0,816. Entretanto, IDHM de renda do mesmo município era de 0,678, abaixo da média do estado (0,757), e abaixo também da média do Brasil, 0,739.

Tal medida pode levar ao fomento do empreendedorismo de oportunidade, possibilitando o nascimento de negócios inovadores na região. Outro fator a ser considerado no enfrentamento desses desafios, é o estímulo ao desenvolvimento tecnológico da região, tanto no ambiente de instituições públicas quanto no ambiente empresarial, ou ainda, com o fomento do empreendedorismo inovador, por meio de ambientes promotores de inovação, tais como incubadoras, espaços *makers* e *coworking*, entre outros.

Com políticas públicas cocriadas com a região, aumentam as chances de atendimento das demandas regionais alinhadas ao Estado, além da perspectiva de redução da concentração de riqueza nos centros econômicos mais desenvolvidos. Além disso, um processo de cocriação de políticas pode fortalecer a presença de jovens talentos por meio de oportunidades regionais, ampliando o sentimento de pertencimento, garantindo a geração e distribuição de riqueza para toda sociedade da região.

Nesta seção, fica evidenciado que as questões de gênero influenciam a economia regional, e urge o desenvolvimento de ações relacionadas ao tema para minimizar os efeitos danosos para a sociedade. Destaca-se que a economia rural no Brasil por si só já apresenta, na sua essência, essa característica da desigualdade de gênero.

Um dos dados apresentados de maior preocupação nessa seção é o IDHM, que se apresenta abaixo da média estadual e abaixo da média nacional, sobrepujando ações que possam minimizar os efeitos sociais deste indicador. Outro ponto a ser analisado são as ações de desenvolvimento do empreendedorismo no território. Sendo assim, é fundamental o planejamento de ambientes promotores do empreendedorismo inovador para melhorar a dinamização econômica da região. Na próxima seção, serão analisados indicadores relacionados à infraestrutura do território, destacando como elemento de comparação de desenvolvimento o alcance da telefonia móvel.

[51] Percentual da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo.
[52] Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14124-asi-indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%20indica,2010%20(R%24%20510).

1.6 Infraestrutura

Pontos de Atenção

- Existe margem para melhora nas taxas de domicílios ligados à rede de água, no atendimento de domicílios que possuem coleta de lixo e no aumento da cobertura de domicílios ligados à rede de esgoto;
- Em termos de domicílios atendidos com energia elétrica, a região se encontra abaixo da média do Paraná;
- O nível de densidade de telefonia celular na região se encontra abaixo das médias estadual e nacional em todos os municípios, necessitando uma estratégia de PPP para melhorar esse indicador.

Finalizando as análises gerais da Região 1, esta seção apresenta um panorama a respeito de questões ligadas à infraestrutura. Compreende-se que a infraestrutura possibilita o desenvolvimento da região, pois abarca os serviços fundamentais como saneamento básico, transporte e energia elétrica, entre outros.

Dentre os itens fundamentais na infraestrutura de uma região, está a ligação de domicílios à rede de água; uma vez que há impacto direto na saúde e qualidade de vida da população, pode também ter influência no setor produtivo. Segundo dados de 2010, 85,20% dos domicílios estavam ligados à rede de água no momento de realização das oficinas. Este índice para a região ficava abaixo do encontrado para o Paraná, que na mesma época era de 87,18%. Para efeitos comparativos, no Brasil, a taxa de domicílios urbanos ligados à rede de água no mesmo período era de 93,5%[53]. Elevar a taxa de domicílios ligados à rede de água também é um desafio a ser enfrentado na região, pois tal medida ajuda a reduzir a mortalidade infantil, ajuda na saúde bucal, melhora a segurança alimentar e energética da população e do meio ambiente, e pode ter impactos positivos inclusive no setor produtivo da região.

Outro fator ligado à infraestrutura de uma região é a coleta de lixo. No caso da Região 1, em 2010, 73,58% dos domicílios eram atendidos pela coleta. Este número ficava atrás da média estadual, que estava em 79,41%, e abaixo da média nacional, que no período considerado no momento da realização das oficinas encontrava-se em 88,6%[54]. Neste caso, apesar de a média do país abrigar regiões onde a taxa de coleta era menor do que da Região 1, não se pode negar a necessidade de avanços neste item da infraestrutura, uma vez que a coleta e destinação adequada do lixo pode influenciar significativamente qualidade de vida, preservação do meio ambiente, na produtividade e até na geração de riquezas.

Completando este diagnóstico voltado à infraestrutura de saneamento da região, destaca-se ainda a taxa de domicílios ligados à rede de esgoto na região. Os dados disponíveis no momento da realização das oficinas indicavam que, em 2010, 85,25% dos domicílios da Região 1 eram ligados à rede de esgoto[55]. Assim como aconteceu no caso das redes de coleta de lixo e fornecimento de água, o resultado da região é inferior ao do estado, que ficou em 87,51%. A diferença aqui, é que o índice da Região 1 é superior à média nacional no mesmo período, que ficou em 67,1%[56].

[53] Fonte: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-17/ibge-626-das-moradias-urbanas-tem-acesso-simultaneo-agua-esgoto-e-coleta-de-lixo.
[54] Fonte: https://www.camara.leg.br/noticias/409496-politica-de-residuos-solidos-enfrenta-desafio-de-sair-do-papel/.
[55] Fonte: SANEPAR, Dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb Iparde, 2021.
[56] Fonte: https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saneamento-basico/595-proporcao-de-domicilios-com-e-sem-acesso-a-rede-de-esgoto-censo-demografico?filters=1,199.

Mesmo estando acima da média nacional no último dos três indicadores, os resultados deste diagnóstico ressaltam a necessidade de projetos, investimentos e ações no setor de infraestrutura de saneamento básico, pois como mencionado, os impactos tendem a se manifestar na qualidade de vida dos habitantes, no meio ambiente e no setor produtivo.

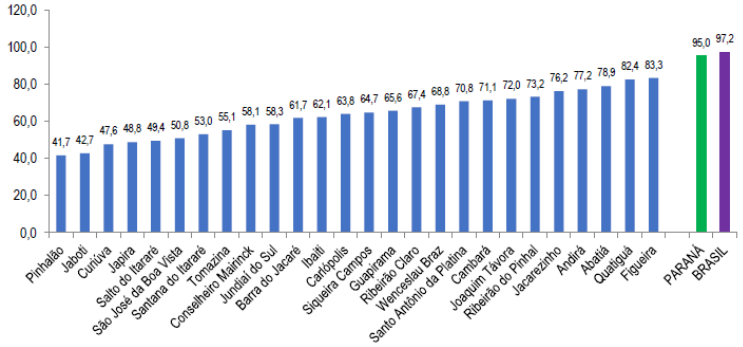
Ainda no contexto do diagnóstico de infraestrutura da Região 1, devem ser destacados indicadores ligados ao setor de comunicações e energia.

Conforme dados do IPARDES, disponibilizados pelo Programa Paraná Produtivo, em 2021, a densidade de acesso à telefonia móvel no Brasil era de 97,2 para cada 100 habitantes, enquanto no Paraná esse número chegou a 95,0. Nenhum dos municípios da Região 1 apresentou resultado superior à média nacional e ou média estadual, conforme pode ser observado no Gráfico 19.

Mesmo o município mais bem posicionado, Figueira, esteve mais de dez unidades abaixo da média estadual (83,3). Os cinco municípios com menor densidade de acesso à telefonia móvel tiveram valores próximos a apenas 50% do valor estadual.

Considerando que o período pós-pandemia de coronavírus revelou os novos cenários de acesso a sistemas de aprendizagem, novas dinâmicas de trabalho, novas ferramentas de compra, novas formas interação com o sistema bancário e até novas de formas de comunicação com o sistema de saúde, o comportamento da densidade de acesso à telefonia móvel na Região 1 requer atenção. O desenvolvimento de projetos e investimentos para a ampliação da rede de telefonia móvel tende a auxiliar no desenvolvimento da região, podendo incrementar a atividade econômica, ajudar no enfrentamento de alguns desafios do sistema educacional e até influenciar na permanência de habitantes na região.[57]

GRÁFICO 19 – Densidade de Telefonia Celular a Cada 100 Habitantes – Municípios da Região 1, Paraná e Brasil, 2020



FONTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, 2020.
NOTAS: Dados de dezembro de 2020. A ANATEL publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações, sendo que esses dados são fornecidos à ANATEL pelas próprias prestadoras de serviço. Os números de acessos por município para o serviço de telefonia móvel estão disponíveis somente a partir de janeiro de 2019.

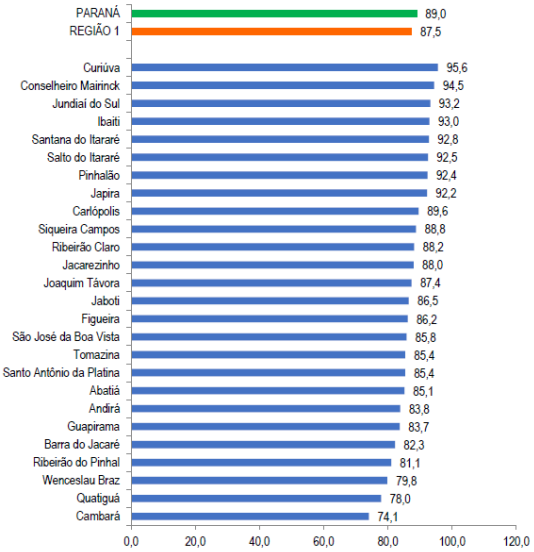
Outro fator preponderante relacionado com a infraestrutura de uma região é o acesso à energia elétrica, pautando-se como um dos pilares da infraestrutura de uma região. Cidades e regiões mais desenvolvidas possibilitam acesso à energia para toda sociedade, seja em ambiente urbano, rural ou industrial. Nesse sentido, a parte final desta seção é dedicada a uma análise do acesso à energia elétrica na Região 1, particularmente nos estabelecimentos agropecuários.

Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017)[58] indicavam que, no período de realização das oficinas, o Paraná possuía 89,0% dos estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica. No Brasil, o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia

[57] Foi observado no levantamento de dados que o estado carece de informações mais detalhadas relativas ao acesso às telecomunicações.
[58] Utilizados nos relatórios do IPARDES, 2020.

elétrica era de 83,5%[59], ficando atrás da média do estado do Paraná. O Gráfico 20 apresenta o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica na Região 1, em comparação com o Paraná.

GRÁFICO 20 - Percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica (%) - municípios, Região 1 e Paraná - 2017



FONTES: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Na Região 1, foram registrados 18.344 estabelecimentos, destes, 16.042 dispunham de acesso à energia elétrica, o que representa 87,5% do total da região, valor inferior à média estadual. Um total de nove municípios possuía uma média superior à média do estado, Curiúva (95,6%), Conselheiro Mairinck (94,50%), Jundiaí do Sul (93,2%), Ibaiti (93,0%), Santana do Itararé (92,8%), Salto do Itararé (92,5%), Pinhalão (92,4%), Japira (92,2%) e Carlópolis (89,6%). Somando-se a estes, os municípios de Siqueira Campos (88,8%), Ribeirão Claro (88,2%) e Jacarezinho (88,0%) apresentaram proporções acima da média da região, embora abaixo da média do Paraná. Os demais municípios, como se pode ver pelo gráfico, registraram percentuais de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica abaixo dos 88,0%.

Projetos voltados ao desenvolvimento regional, focados na produtividade ou desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário, devem contemplar uma ampliação da rede de acesso à energia elétrica, fortalecendo a qualidade de vida na região.

Conforme indicado ao longo desta seção, para além dos estabelecimentos agropecuários faz-se necessário ampliar a industrialização dos produtos agrícolas locais; fortalecer a rede de saneamento básico e telecomunicações, em especial a internet no campo; e promover fortalecimento do mercado local a partir de campanhas de valorização do comércio local, além de promover o fortalecimento dos produtos regionais.

Para que uma região promova a atratividade e fortaleça o bem-estar social, é condição mister a existência de uma boa infraestrutura, pois possibilita o desenvolvimento do empreendedorismo endógeno, assim como estimula a atração de investimentos e empreendimentos. Além disso, uma boa infraestrutura fortalece a competitividade regional, amplia a possibilidade de retenção de talentos e a própria geração de empregos, estimulando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da sociedade e do próprio território.

Como pode ser observado nesta seção, as questões básicas de infraestrutura da região como saneamento e telefonia estavam acima da média estadual, no entanto, a coleta de lixo e rede

[59] Fonte: http://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=100281&tit=Censo-Agro-Parana-tem-mais-propriedades-com-energia-e-internet-do-que-a-media-nacional.

elétrica encontram-se abaixo da média estadual. Um ponto de atenção é que, como existem muitas propriedades rurais, essas podem ter contribuído de maneira negativa neste índice, colocando este indicador abaixo da média estadual. Ao longo do texto, são sugeridas ações de planejamento que possam melhorar os indicadores encontrados na região. A próxima seção diz respeito as considerações gerais acerca do território analisado à época.

1.7 Considerações Acerca da Região

Como observado ao longo deste relatório, a Região 1 possui uma economia diversificada, com forte presença da produção rural, mas com potencial para o turismo regional e a industrialização, como já ocorre em alguns municípios.

A educação é a base do desenvolvimento territorial, e o diagnóstico apresentado neste relatório indica se a necessidade de investimentos que fortaleçam os ativos de conhecimento e tecnológicos na Região 1, possibilitando a geração de oportunidades para que os jovens talentos tenham a "*oportunidade de ter a oportunidade de escolha*". Em relação aos indicadores de desempenho escolar, o planejamento integrado do estado do Paraná deverá fortalecer as ações para maior sucesso escolar e promover a ampliação da permanência dos estudantes de nível superior, assim como aumentar os percentuais de pessoas com nível médio e superior.

Em termos de infraestrutura, o diagnóstico apresentado no relatório indica uma demanda por projetos e investimentos voltados à ampliação das redes água, esgoto e coleta de lixo na região. A melhoria na qualidade de vida das pessoas da região passa por uma melhoria no acesso a serviços médicos e odontológicos, inclusive na própria presença de profissionais da saúde. No caso da telefonia móvel, estima-se um crescimento no agronegócio com a introdução da agricultura 4.0 e com o 5G, tornando-se premente o desenvolvimento de ações que democratizem o acesso à telefonia móvel de qualidade, assim como à energia limpa e acessível, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais.

O impacto de projetos, investimentos e melhoria da infraestrutura da região pode trazer resultados positivos na qualidade de vida dos habitantes, meio ambiente e produtividade.

Finalizando esse relatório da Região 1, compreende-se que o estímulo ao empreendedorismo inovador endógeno seja fundamental para o desenvolvimento do território. Desta forma, torna-se primordial o planejamento e execução de Ambientes Promotores de Inovação, ou Habitats de Inovação. Tais ambientes/habitats podem contribuir na geração de empreendedorismo de oportunidade quando vinculados a uma política territorial de desenvolvimento, com legislações que fomentem a inovação e que estejam conectadas com os atores do possível ecossistema de inovação; entendendo os atores como os de conhecimento, fomento, governamental, empresarial, institucionais ou os próprios habitats de inovação.

Desta forma, este relatório pode conter distorções que poderão ser confirmadas com o desenvolvimento do monitoramento dos pontos de atenção levantados ao longo deste documento. Cabe ao responsável pelo planejamento compreender os dados apresentados e desenvolver ações que fortaleçam a identidade do jovem com o território, minimizando o êxodo e fortalecendo os programas educacionais, gerando uma maior expectativa de equidade de gênero, assim como um maior número de profissionais da saúde que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da sociedade da Região 1.

O próximo capítulo discorre acerca das oficinas realizadas em loco, e mais uma vez destaca-se o momento em que foram realizadas, ou seja, trata-se de uma fotografia de momento.

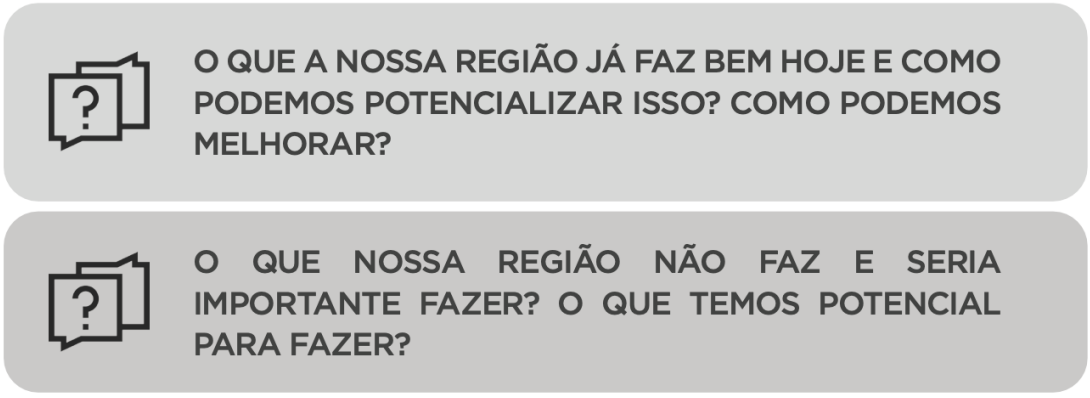
2. OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 01 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

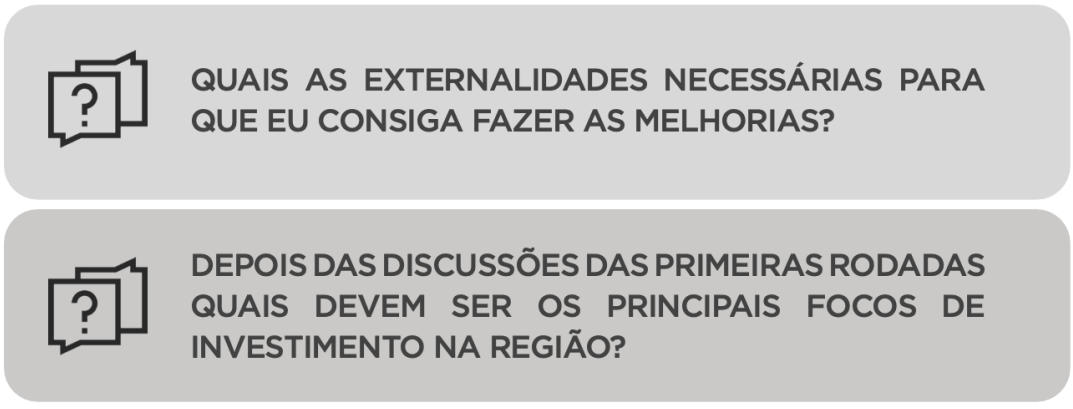
2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico

A primeira oficina da Região 1 foi realizada no dia 29 de abril de 2021, em uma solenidade presencial no período da manhã. O evento contou com a presença do Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, Sr. Valdemar Bernardo Jorge, além de autoridades da região. No período da tarde, a oficina ocorreu no formato virtual.

Neste dia, a Oficina de Diagnóstico da Região 1 começou às 13h30min, na plataforma Paraná Produtivo. Foi perguntado aos participantes: “Quais as suas expectativas para o dia de hoje?”. Os participantes deveriam responder à pergunta utilizando algumas palavras. As respostas foram as seguintes: conhecimento, desenvolvimento, conhecer o programa e buscar alternativas.

Em seguida, com o objetivo de instrumentalizar as discussões, o especialista do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Sr. Júlio Suzuki, apresentou os dados referentes ao panorama socioeconômico da região. Posteriormente a apresentação, os participantes foram divididos em grupos para discutirem as principais demandas da região. Em cada grupo, uma liderança de algum dos municípios foi convidada para ser anfitriã, mediar as discussões e estimular o protagonismo local. Nos grupos, foram discutidas as seguintes questões:





Foi possível notar a participação ativa dos agentes locais, que apresentaram diversas questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional. Após as discussões, ao final da atividade, os anfitriões apresentaram as questões discutidas em seus grupos. Em geral, elogiaram o governo do estado do Paraná pela iniciativa e ressaltaram os aspectos positivos do Paraná Produtivo, a serem construídos junto aos atores locais.

Na outra oficina, denominada “Mobilização e Diagnóstico” foi realizado um trabalho coletivo, com o objetivo de mapear as potencialidades da região e identificar as prioridades de investimento. Partindo dos apontamentos trazidos pelos participantes, foi possível sistematizar os temas com maior aderência às necessidades de desenvolvimento da região. Em seguida, foram agrupadas as demandas de acordo com os eixos prioritários estabelecidos pelo programa. Os resultados foram organizados da seguinte forma:



Agrupamento em temas divididos pelos eixos do Programa - Elaborado pela Paraná Projetos

a. Pessoas

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

- Capacitar os atendentes do turismo para bem receber, profissionalizar e certificar atividades turísticas
- Capacitar e profissionalizar os produtores na transformação de seus produtos
- Fortalecer a agricultura familiar e cooperativas familiares por meio de capacitação e formação
- Investir em capacitação, inovação e gestão de produtores locais
- Profissionalizar e capacitar jovens e adultos (cursos rápidos)
- Investir em consultoria especializada para a mudança cultural regional
- Investir em valorização da identidade histórica e cultural regional, cultura de inovação e empreendedora na educação básica
- Criar cursos de capacitação de nível técnico (empreendedorismo e inovação, fruticultura, agronegócio)

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

- Ofertar cursos gratuitos de qualificação profissional (ex. Liceu de Ofícios)
- Promover capacitação em nível médio técnico
- Promover cursos de curta duração de cooperativas/associações
- Adequar a educação para o contexto local
- Estimular a cultura empreendedora

CURSOS SUPERIORES

- Ampliar recursos financeiros para instituições de ensino superior nas áreas de inovação e empreendedorismo
- Criar bolsas de estudo para pesquisas em turismo, agroindústria, tecnologia da informação
- Diversificar cursos ofertados pela universidade pública estadual entre eles o curso de medicina
- Ofertar curso superior (medicina, agronegócio, turismo) viabilizado por meio de parcerias público-privada
- Descentralizar cursos médios e superiores para maior número de municípios

INCLUSÃO SOCIAL

- Investir em abrigos para idosos e garantir acessibilidade à saúde
- Assegurar acesso à informática para adultos e terceira idade

b. Infraestrutura

LOGÍSTICA

- Criar infraestrutura de inovação e incubadoras tecnológicas (ex: startups) com recursos de fundo perdido
- Melhorar e duplicar a interligação com Ourinhos a Arapoti, duplicar as vias interligando a região a Curitiba e Londrina (BR-153, PR-092), melhorar a infraestrutura de rodovias e estradas vizinhas da região. Viabilizar acostamento
- Estruturar terminais rodoviários, turísticos, portais e centrais de informações turísticas
- Investir em aeroporto regional que tenha condições de transporte aéreo comercial

LOGÍSTICA

- Reativar linhas da ferrovia existente (transporte de carga e turismo)
- Garantir o transporte e a mobilidade regional
- Efetivar a sinalização indicativa e turística
- Melhorar e conservar as estradas rurais

SERVIÇOS BÁSICOS

- Investir em transformação digital (parceria com empresas do setor) e telecomunicação
- Investir em conectividade (internet gratuita de fibra ótica em 100% das áreas urbanas e rurais dos municípios)
- Implantar/ampliar infraestrutura de saneamento básico (100% dos municípios)
- Investir em energia elétrica fotovoltaica nas áreas rurais
- Modernizar a iluminação pública dos ambientes rurais e urbanos (LED, energia solar)
- Incentivar fontes de energias renováveis
- Investir em energia em cidades que não contam com a COPEL

c. Sistemas Produtivos

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Desenvolver as indústrias (apoiar iniciativas locais, articular iniciativas com produção local, incubadoras e parcerias) com aporte de recursos públicos para estimular o desenvolvimento econômico
- Realizar ações de apoio ao comércio pós-pandemia
- Estimular compras públicas de produtos da região (regulamentações, leis, decretos)
- Estimular a criação de parques industriais e tecnológicos
- Industrializar produtos regionais
- Criar e fortalecer as cooperativas e associações do setor agroindustrial
- Mapear as oportunidades das grandes empresas com relação aos insumos/fornecedores de forma que sejam produzidos pela região
- Estimular a industrialização de produtos diferenciados
- Investir em ações de marketing exaltando os potenciais econômicos da região

INOVAÇÃO

- Investir nas startups principalmente com foco no agroturismo e agronegócio
- Criar edital permanente para Startups da região
- Criar ambientes de inovação para apoiar empresas urbanas e rurais (espaços e equipamentos tecnológicos para incubação, pré-incubação, habitats de inovação)
- Promover intercâmbio escola/universidades com outras regiões para desenvolver tecnologia e inovação
- Investir em ações nos Centros de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Paraná
- Aprovar lei estadual de redução do ICMS (chamada lei Zucchi) p/ promover o desenvolvimento tecnológico e a produtividade

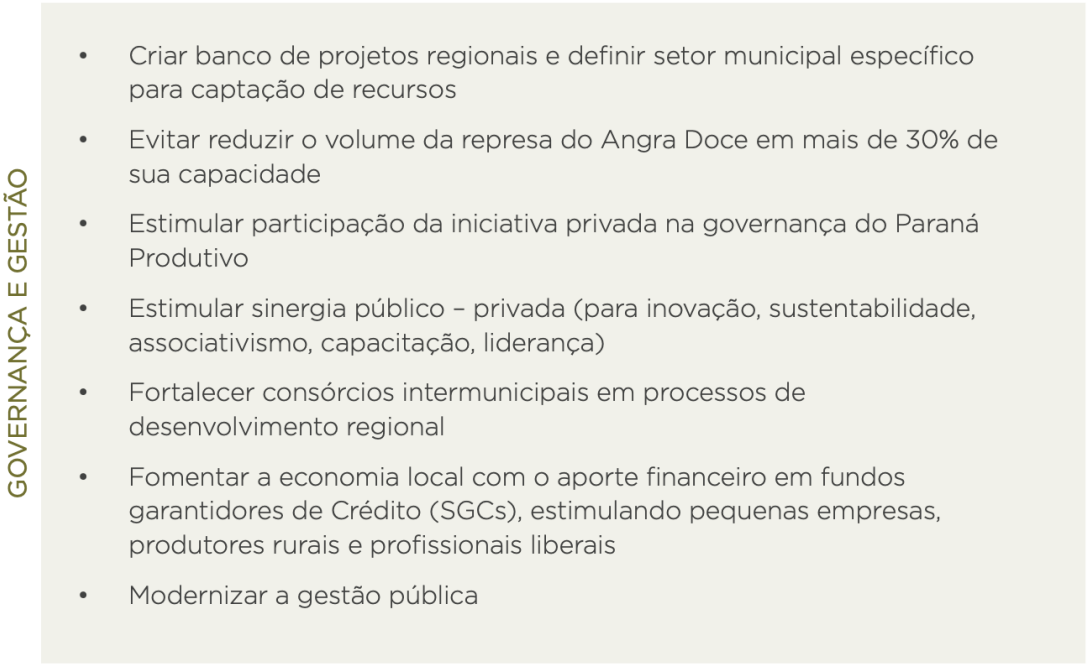
AGRICULTURA E PECUÁRIA

- Investir no desenvolvimento de produtos diferenciados do agronegócio e turismo rural com orientações na produção, transformação e comercialização dos produtos (orgânicos, indicação geográfica, marcas coletivas, outros) e com potencial para incorporação na região (investir em produtos diferenciados, como Igs, orgânicos, marcas coletivas, por meio de cooperativas ou associações)
- Investir na cafeicultura (infraestrutura de pós-colheita, outros)
- Investir no agronegócio - agricultura familiar, hortifrutigranjeiro, cultivo protegido, orgânicos, pecuária de leite (cursos de capacitação, estrutura de SIMs, recursos para construção coletiva)
- Investir em ATER especializada em todas as cadeias produtivas
- Investir em ATER especializada para hortifrutigranjeiros e orgânicos (cursos de capacitação, unidades de referência)
- Fortalecer a diversidade em fruticultura, olericultura e produção orgânica na agricultura familiar (indústria de transformação diversificada)
- Investir em irrigação na fruticultura
- Apoiar projetos de geração de renda para jovens no campo
- Fortalecer as cooperativas e associações
- Investir na fiscalização dos protocolos sanitários

TURISMO

- Fortalecer a cadeia produtiva do turismo rural, agroturismo, religioso, náutico, aventura e cultural
- Investir no turismo rural (cursos de capacitação, estrutura de SIMs relativa ao produto ofertado, recursos para construções coletivas)
- Levantar oportunidades de investimento privado para o turismo: hotelaria, estacionamento, restaurantes, campings e residências para turistas
- Investir na região do projeto Angra Doce com aprovação da Lei 13.921
- Investir em marketing para divulgação de atrativos e ativos da região (conexão com a Atunorpi, conselhos municipais de turismo - COMTUR) e produtos diferenciados
- Ampliar fiscalização dos protocolos sanitários. Promover a prevenção de doenças e a vacinação no controle da pandemia para a segurança do turista
- Fortalecer a identidade local e regional.
- Criar programa de associativismo do turismo entre as cidades

d. Governança e Gestão

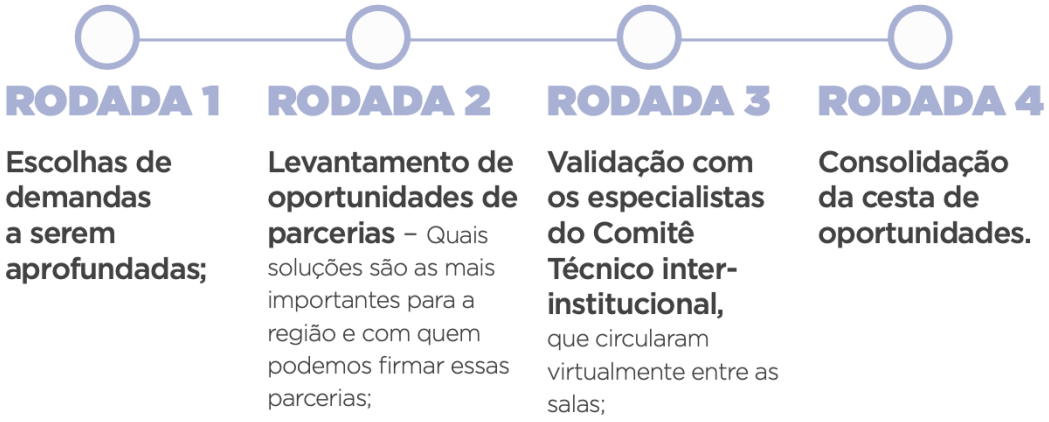


2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias

A “Oficina Oportunidades de Parcerias da Região 1” foi realizada no dia 06 de julho de 2021, no período da tarde, com início às 13h30 e término às 17h30, via plataforma Paraná Produtivo. A condução e a facilitação da oficina foi realizada com o assessoramento de uma consultoria especializada, o que permitiu o engajamento e a participação dos atores locais e regionais, criando um ambiente favorável para discussões e empoderamento.

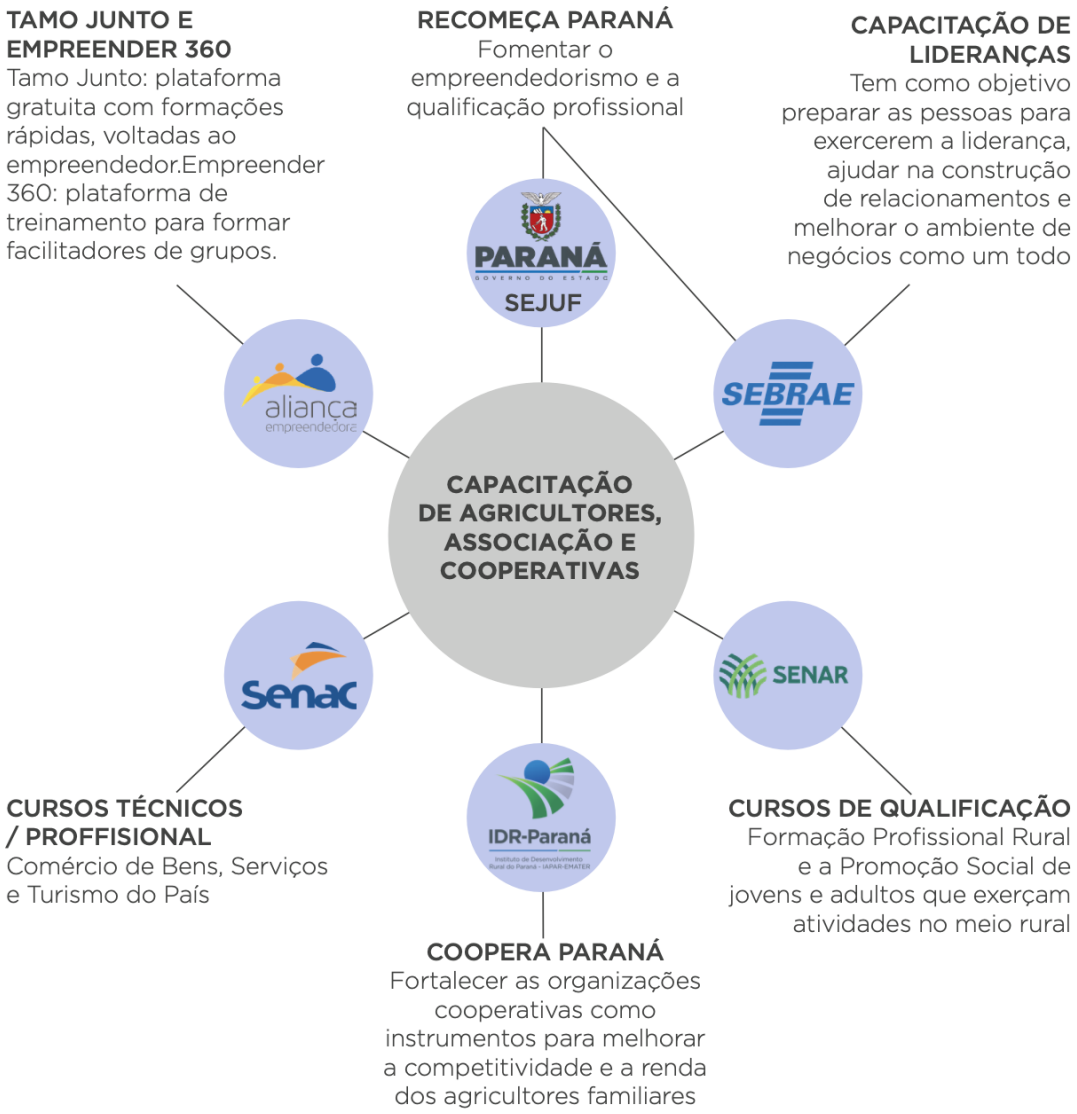
O Comitê Técnico Interinstitucional identificou as iniciativas do governo do estado do Paraná e das instituições parceiras do programa a fim de contribuir com a implementação das ações prioritárias dos planos regionais, que serviram de suporte para essa etapa do Paraná Produtivo.

Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 1, em plenária, o Sr. Thiago de Angelis, especialista da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, apresentou as oportunidades de parcerias levantadas para a região. Neste momento, também houve a apresentação dos especialistas que compõem o Comitê Técnico Interinstitucional. Em seguida, os participantes foram divididos em grupos para que pudessem discutir sobre a construção da “Cesta de Oportunidades da Região”. Para isto, foram designados 4 momentos:



Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 1, os participantes, com o auxílio do Comitê Técnico Interinstitucional, buscavam as soluções que melhor atendessem as demandas identificadas como importantes para o desenvolvimento da região. A seguir, foi apresentado um diagrama no qual as demandas regionais foram relacionadas a eixos temáticos, bem como os potenciais parceiros, com um exemplo para cada eixo do programa. Os dados completos de todas as demandas estão disponíveis para consulta no portal do Programa Paraná Produtivo.

a. Pessoas



No que se refere ao exemplo do eixo *Pessoas,* verifica-se que os participantes da Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 1 demandaram uma atuação integrada voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. As potenciais parcerias identificadas apresentam soluções para o agricultor familiar, que vão desde a atualização do trabalho no campo até a qualificação em vendas, finanças e capacidade empreendedora (SENAR, Aliança Empreendedora, SENAC, SEBRAE). Oferecem, também, qualificação para a gestão de cooperativas e associações de produtores (IDR).

O Programa Recomeça Paraná (SEJUF) complementa o portfólio com qualificação profissional em diversas atividades importantes para a modernização do trabalho na agricultura (eletricista, instalação de redes telemáticas, etc.).

b. Infraestrutura

O exemplo de demanda para este eixo envolve infraestrutura de estímulo ao turismo (terminais, portais, centrais de informações e sinalização turística). As oportunidades de parceria identificadas para contribuir com soluções a essa demanda referem-se a iniciativas que impactam nos ativos turísticos urbanos, como o Programa de Apoio aos Municípios da

SEDU/PARANACIDADE (PAM), que por meio de financiamento da Fomento Paraná incentiva a requalificação de estruturas como parques, praças, calçadas, etc.

Também, apresentam-se soluções relacionadas ao ambiente rural, como o Programa Estradas da Integração e a pavimentação poliédrica (pedras irregulares), que objetivam a melhoria da trafegabilidade nas estradas rurais. Também foram identificadas soluções de sinalização turística do DER e o Programa Estadual de Retomada do Turismo (Paraná Turismo), principalmente no que se refere ao apoio no desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos.



c. Sistemas Produtivos



No exemplo relacionado ao eixo *Sistemas Produtivos*, verifica-se que a ênfase pauta-se no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse caso, com foco em investimentos diferenciados, especificamente em produtos como o turismo rural.

As oportunidades de parceria que podem contribuir para o atendimento a essa demanda estão relacionadas a soluções que impulsionam a extensão e capacitação, como o Programa de Fruticultura do IDR e o Selo de Alimentos do Sebrae. Também é possível citar soluções que auxiliem na melhoria do processo de produção, por meio de financiamento para modernização e

ampliação da capacidade, como os Programas Trator, Implementos e Equipamentos Agrícolas Solidários e Banco do Agricultor (IDR/BRDE/ Fomento PR).

Complementarmente, identificam-se as soluções relacionadas ao acesso a mercados, como o Programa Compra Direta (SEAB/IDR) e Vocações Regionais Sustentáveis (Invest Paraná). Nesta mesma relação, foi incluído também o Programa Coopera Paraná (SEAB/IDR), que contribui para a qualificação na gestão das cooperativas e das associações de agricultores familiares.

d. Governança e Gestão

No exemplo relacionado ao eixo *Governança e Gestão*, a demanda dos participantes refere-se a estimular a sinergia pública e privada, com o estímulo à inovação e ao associativismo. Identificou-se que a estrutura das agências regionais de inovação (AGEUNI) podem contribuir para esse intento, em convergência com as iniciativas de desenvolvimento dos ecossistemas regionais de inovação (SEBRAE e Fundação Araucária).

Da mesma forma, programas de formação de lideranças (SEBRAE), em conjunto com o trabalho de fortalecimento das vocações regionais sustentáveis (Invest Paraná), podem fomentar o surgimento de inovações locais sustentáveis.



2.3 Oficina de Priorização

Com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, a Oficina de Priorização procurou ranquear as demandas que necessitam de maior atenção. Na Região 1, esta oficina ocorreu de forma remota, no dia 16 de setembro, das 13h30 às 17h30. Separados em grupos, os participantes discutiram coletivamente quais seriam as cinco ações para cada eixo, priorizadas para o desenvolvimento regional. Os resultados estão apresentados nos quadros abaixo:

a. Pessoas

No eixo *Pessoas*, a questão da qualificação profissional foi considerada fundamental em todas as ações priorizadas, principalmente no caso dos agricultores familiares.



b. Infraestrutura

No eixo de infraestrutura, foram levadas em consideração questões relacionadas ao transporte, conectividade, turismo e saneamento básico.

Foram indicadas ainda as seguintes demandas: melhorar e duplicar a interligação entre Ourinhos e Arapoti; duplicar vias interligando a região com Curitiba e Londrinha (BR 153, PR 092); melhorar a infraestrutura de rodovias e estradas vizinhas da região e viabilizar acostamentos.



c. Sistemas Produtivos

No eixo *Sistemas Produtivos*, estiveram presentes o tema da diversificação produtiva, principalmente no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento de ambientes de inovação.

Apoiar o comércio pós pandemia



TEMA: Indústria, Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 7
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investir no desenvolvimento de produtos diferenciados do agronegócio e turismo rural com orientações na produção e comercialização dos produtos



TEMA: Agropecuária
OPORTUNIDADES: 5
TEMPO: Médio
★ ★ ★ ★ ★

Criar e fortalecer associações e cooperativas agroindustriais focando em produtos diferenciados



TEMA: Indústria Comércio e Serviços
OPORTUNIDADES: 2
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Investir no agronegócio: Agricultura familiar, hortifrutigranjeiro, cultivo protegido, orgânicos, pecuária de leite (capacitação, estrutura de SIMS, recursos para construção coletiva)



TEMA: Agropecuária
OPORTUNIDADES: 2
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

Criar ambientes de inovação rural e urbano



TEMA: Inovação
OPORTUNIDADES: 6
TEMPO: Curto
★ ★ ★ ★ ★

d. Governança e Gestão

No eixo *Governança e Gestão*, as discussões dos grupos destacaram a importância desta temática para questões relacionadas ao financiamento e fortalecimento da economia local.

Evitar reduzir o volume da represa Angra Doce em mais de 30% de sua capacidade



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 0
TEMPO: Médio

★ ★ ★ ★ ★

Criar banco de projetos regionais e definir setor municipal específico para captação de recursos



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 1
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Fortalecer consórcios intermunicipais em processo de desenvolvimento regional



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 0
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Fortalecer a economia local com o aporte financeiro em fundos garantidores de crédito (SGCs) estimulando pequenas empresas, produtores rurais e profissionais liberais



TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 2
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

Estimular sinergia público-privada (para inovação, sustentabilidade, associativismo, capacitação, liderança)

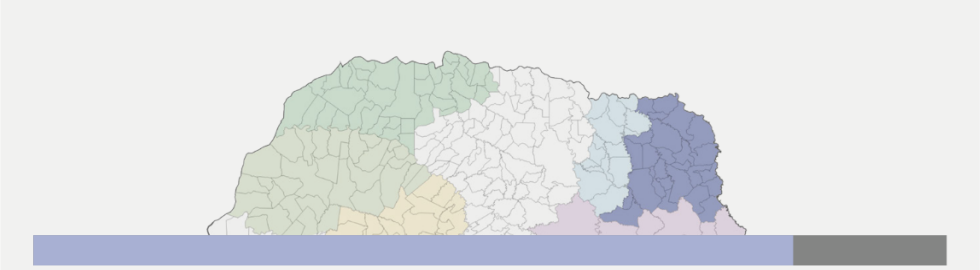


TEMA: Governança e Gestão
OPORTUNIDADES: 2
TEMPO: Curto

★ ★ ★ ★ ★

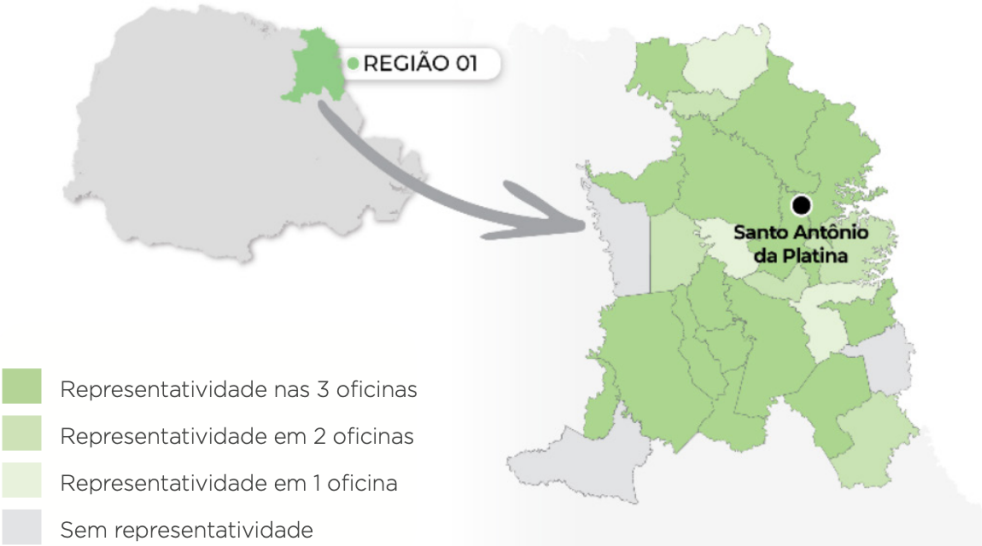
Em todos os quadros estão presentes, além da informação relativa à ação, o tema com o qual esta ação se conecta, bem como o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado, indicando as parcerias possíveis para sua efetivação e a perspectiva de tempo para execução.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL



87%

DOS 26 MUNICÍPIOS DA REGIÃO 1 PARTICIPARAM DA ETAPA DE OFICINAS



OFICINA DIAGNÓSTICO	OFICINA OPORTUNIDADES DE PARCERIAS	OFICINA PRIORIZAÇÃO
29/04/21	06/07/21	16/09/21

3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Na oficina de priorização os participantes das oficinas elegeram 5 prioridades de cada Eixo, que foram classificadas com estrelas de forma decrescente.

No Eixo **Pessoas**, as prioridades selecionadas foram, consecutivamente:

a) incentivar o empreendedorismo no campo (líderes e novas gerações);
b) promover capacitação de cursos de nível médio técnico (voltados a realidade local);
c) ofertar curso superior (medicina, agronegócio, turismo) viabilizado por meio de parcerias público-privadas;
d) capacitar agricultores familiares, associações e cooperativas.

Os dados do relatório, apresentados no Capítulo 1, apontaram o fato de que na região, a concentração de pessoas que vivem na área rural é ligeiramente maior do que nas outras regiões, esta realidade associada a tendência de decréscimo na quantidade de jovens mostra a importância de promover ações que vão de encontro com as prioridades do Eixo Pessoas, o que reforça a necessidade de capacitação para a população local especialmente direcionada para os temas ligados à agricultura familiar e ao empreendedorismo no campo.

Em **Infraestrutura** as prioridades foram, respectivamente:

a) melhorar e duplicar a interligação com Ourinhos - SP a Arapoti - PR, duplicar vias interligando a região de Curitiba e Londrina (BR 153, PR 092), melhorar a infraestrutura de rodovias e estradas vizinhas da região. Viabilizar acostamento;
b) criar uma infraestrutura de inovação e incubadoras tecnológicas;
c) implantar e ampliar infraestrutura de saneamento básico;
d) estruturar terminais rodoviários, turísticos, portais e centrais de informações turísticas e efetivar a sinalização indicativa e turística;
e) investir em conectividade e telecomunicação.

As questões de infraestrutura levantadas no diagnóstico estão mais relacionadas aos serviços básicos do que à mobilidade, porém melhoria de vias e estradas aparecem fortemente entre as prioridades escolhidas na oficina.

Em relação à mobilidade, algumas ações estão garantidas dentro do planejamento do Governo do Estado para execução neste quadriênio, entre elas, está a duplicação do trecho de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina e os contornos de Siqueira Campos e de Wenceslau Braz, e as terceiras faixas da PR-092, bem como a duplicação de Piraí até a divisa com o Estado de São Paulo.

Os dados do diagnóstico mostraram que existe margem para melhora nas taxas de domicílios ligados à rede de água, no atendimento de domicílios que possuem coleta de lixo e na cobertura de domicílios ligados à rede de esgoto, o que converge com a prioridade de melhorar o saneamento básico na região, visto que as médias de cobertura destes três indicadores na região se mostram abaixo da média do estado do Paraná.

Em **Sistemas Produtivos** as prioridades foram:

a) apoiar o comércio pós-pandemia;
b) investir no desenvolvimento de produtos diferenciados do agronegócio e turismo rural com orientações na produção e comercialização dos produtos;
c) criar e fortalecer associações e cooperativas agroindustriais focando em produtos diferenciados;
d) investir no agronegócio: agricultura familiar, hortifrutigranjeiro, cultivo protegido, orgânicos, pecuária de leite (capacitação, estrutura de SIMS, recursos para construção coletiva);
e) criar um ambiente de inovação rural e urbano.

Os dados dos diagnósticos demostram que a Região 1 possui uma participação bastante representativa do setor da agropecuária e isso pode ser evidenciado também nas prioridades relacionadas ao Eixo Sistemas Produtivos, onde o tema da agricultura foi citado algumas vezes.

O investimento no desenvolvimento de diferenciação dos produtos agrícolas na região, pode gerar maior valor agregado e impactar positivamente na economia local, visto que a participação da agropecuária nos empregos neste território já é maior do que a média do Estado e do País.

Em **Governança e Gestão**, as prioridades foram:

- **a)** evitar a redução do volume da represa Angra Doce em mais de 30% de sua capacidade;
- **b)** criar banco de projetos regionais e definir setor municipal específico para captação de recursos;
- **c)** fortalecer consórcios intermunicipais em processo de desenvolvimento regional, fortalecer a economia local com o aporte financeiro em fundos garantidores de crédito (SGCs), estimulando pequenas empresas, produtores rurais e profissionais liberais;
- **d)** estimular sinergia pública-privada (para inovação, sustentabilidade, associativismo, capacitação, liderança).

Os dados da região evidenciaram que o Projeto Angra Doce, localizado no entorno da represa de Chavantes é um atrativo turístico representativo para o território, beneficiando os municípios de Salto do Itararé, Siqueira Campos, Carlópolis, Ribeirão Claro e Jacarezinho. O que justifica a priorização da governança com respeito ao volume da represa. O controle do volume de água e a capacidade da represa, ultrapassam a capacidade de interferência do Governo do Estado, entretanto, a organização de uma governança regional pode criar as condições para que atores regionais se articulem com a empresa responsável.

Em relação ao apoio aos municípios, no tocante a captação de recursos, cabe destacar que a SEPL coordena o Programa Conecta399, que visa apoiar a captação dos recursos por agentes públicos municipais. Logo, essa demanda encontra-se em execução.

Os outros temas levantados no Eixo Governança também podem ser viabilizados com o fortalecimento da estrutura do Conselho Gestor Regional, que deverá ocorrer nas próximas etapas do Programa Paraná Produtivo – Fase II.

De todas as prioridades levantadas na região, houve o consenso de que o **Fortalecimento da Agricultura Familiar** é a chave que deve balizar os futuros projetos que serão desenvolvidos com o intuito de promover o desenvolvimento econômico regional.

No Paraná, 75% dos estabelecimentos agropecuários operam no modelo da agricultura familiar[60] e essa realidade também está presente nesta região, principalmente na produção de alimentos. A região produz parte considerável do volume de café, da goiaba e da ervilha do estado. Portanto, o fortalecimento da agricultura familiar tem potencial para promover o desenvolvimento econômico local impactando os demais setores. No Eixo Pessoas, este setor pode ser fortalecido através da profissionalização, no Eixo Infraestrutura por meio da melhoria dos canais de escoamento da produção, no Eixo Sistemas Produtivos através do fortalecimento das associações e cooperativas e no Eixo Governança via promoção e do acompanhamento das ações propostas.

[60] Censo Agropecuário, 2017.

3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização

EIXO PESSOAS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• IDEB abaixo da meta no ensino médio; • Distorção idade-série mais elevada que a média do Estado; • População rural mais representativa que a média do Estado; • Decréscimo da população em idade escolar; • Lacunas na oferta de ensino profissionalizante; • Proporção de idosos em forte ascensão. • Déficit nos quadros de profissionais da saúde.	• Capacitação de trabalhadores para o turismo, a transformação de produtos primários e o fortalecimento da agricultura familiar; • Ampliação do ensino técnico; • Promoção do empreendedorismo; • Adequação da educação à cultura local; • Ampliação do ensino superior, com a abertura de cursos de medicina, agronegócio e turismo, seja pela via da estrutura pública estadual ou por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs); • Descentralização dos cursos superiores e do ensino médio para um número maior de municípios; • Investimento em abrigos para idosos; • Informática para idosos.	• Apesar de legítimas como pleitos, a expansão da Educação Superior e do Ensino Profissionalizante e a promoção da capacitação em geral exigem a pré-condição do fortalecimento da Educação Básica, que, na região, ainda apresenta considerável margem para avanço; • A descentralização das estruturas de ensino pode esbarrar na questão da baixa escala de estudantes, resultante, entre outros, das tendências populacionais; • Há exemplos no país de inovações na gestão educacional, incluindo os anos iniciais do Ensino Fundamental, sob responsabilidade dos municípios; • Parcerias Público-Privadas (PPPs) talvez não sejam adequadas para a expansão do Ensino Superior, uma vez que já existem instrumentos voltados ao envolvimento de estruturas privadas, como o FIES; • A institucionalização do idoso não se restringe à construção de abrigos, podendo abranger outras ações; • Estruturas de saúde podem ser ainda mais pressionadas pelo envelhecimento populacional; • A área da saúde foi pouco abordada na Oficina de Mobilização e Diagnóstico.

EIXO INFRAESTRUTURA		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Margem para melhoria da proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água; • Proporção de domicílios com acesso à energia elétrica inferior à média do Estado; • Densidade de telefonia celular inferior às médias do Paraná e Brasil.	• Expansão da infraestrutura de saneamento básico; • Estruturação de terminais rodoviários, turísticos e centrais de informações turísticas; • Ampliação das infraestruturas de transporte aeroviário e ferroviário; • Melhoria e conservação das estradas rurais; • Duplicação de trechos da BR-153 e PR-092; • Investimento em conectividade (internet gratuita em 100% das áreas urbanas e rurais dos municípios da região); • Incentivo a fontes de energia renovável; • Investimentos em energia em municípios não atendidos pela COPEL.	• As ligações entre os apontamentos do Diagnóstico Socioeconômico e da Oficina de Mobilização limitam-se às questões do saneamento básico e da energia elétrica. Nesses casos, deve ser considerado o difícil retorno econômico em áreas pouco adensadas em termos populacionais, o que torna necessária a existência de um agente financiador dos “retornos sociais”, o que pode ser estudado no plano de ação; • Igualmente, a internet gratuita exige um modelo de gestão/financiamento para sua viabilização; • Há fontes de financiamento para a instalação de estruturas de terminais rodoviários e turísticos, devendo ser considerada, nesse caso, a capacidade de endividamento do município, além da existência de projeto específico. Adicionalmente, devem ser levadas em conta as despesas correntes necessárias à operação dessas estruturas, que podem ser reduzidas por meio de PPPs ou concessões; • Ampliações dos modais aeroviário, ferroviário e rodoviário exigem vinculação a planos estadual e federal, o que se estende também a empreendimentos de geração de energia renovável; • Novos investimentos em energia, em municípios não atendidos pela COPEL, demandam tratativas com a concessionária (CPFL, no caso de alguns municípios da região).

EIXO SISTEMAS PRODUTIVOS		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Elevado peso da agropecuária no PIB da região, sendo observadas mudanças na estrutura produtiva primária; • Baixa participação da atividade manufatureira no PIB regional, por conta principalmente do inexpressivo número de estabelecimentos industriais de grande porte; • Considerável assimetria entre os rendimentos do trabalho de homens e mulheres; • Inexistência de planejamento industrial.	• Necessidade de incentivo à instalação de indústrias; • Industrialização de produtos regionais; • Estímulo à criação de parques industriais e tecnológicos; • Fortalecimento de associações e cooperativas no ramo agroindustrial; • Investimento em startups; • Criação de ambientes de inovação; • Diversificação da produção da agricultura familiar; • Investimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); • Fortalecimento da cadeia produtiva do turismo.	• O desenvolvimento manufatureiro depende de prévias condições horizontais favoráveis à industrialização, incluindo a promoção do capital humano, com avanços principalmente na Educação Básica, e a modernização da infraestrutura; • O Estado pode apoiar a criação de parques tecnológicos e ambientes de inovação, mas o custeio dessas estruturas precisa se amparar em recursos privados, demandando estudo sobre o modelo de financiamento/governança que é necessário. Incentivo às startups também se encaixa nesse contexto; • Ampliação da ATER na região pode requerer apoio de estruturas estaduais; • Atividade turística é importante no sentido da diversificação produtiva, com a oferta desses serviços dependendo de investimento privado, mas com processos burocráticos de liberação sob alçada dos municípios e do Estado; • A atração de empreendimentos produtivos de grande porte é muito importante para a elevação do PIB per capita regional, principalmente os do ramo industrial, embora sejam desejáveis também grandes estabelecimentos de serviços e da agropecuária. • Para a promoção do cooperativismo, podem ser consultadas as entidades de classe (Ocepar), assim como os órgãos governamentais; • Planos de desenvolvimento industrial não podem estar desvinculados das perspectivas quanto ao ambiente macroeconômico; • Legislações federais e estaduais são norteadoras de ações para a redução das desigualdades salariais entre homens e mulheres.

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO		
PRINCIPAIS PONTOS		**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	**OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)**	
• Dados sobre as estruturas e os resultados em educação e saúde.	• Criação de bancos de projetos e de estruturas públicas para a captação de recursos; • Participação da iniciativa privada na governança do Paraná Produtivo; • Fortalecimento dos consórcios municipais em processos de desenvolvimento regional; • Estímulo à sinergia público-privada para inovação, sustentabilidade, capacitação e liderança.	• Governo do Estado pode apoiar, apresentando suas experiências, a elaboração de projetos de desenvolvimento, assim como a captação de recursos; • Além do desenvolvimento regional, é desejável que os consórcios municipais contemplem alguns serviços públicos básicos; • Futuro Plano de Desenvolvimento Regional deve abranger levantamento das estruturas públicas municipais existentes para o alcance dos objetivos definidos; • Plano de Desenvolvimento deve incluir também amplo estudo sobre os modelos de gestão, financiamento e governança necessários à efetivação dos arranjos público-privados (parques tecnológicos, ambientes de inovação etc.), dada a inviabilidade de modelos puramente públicos.

3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná

EIXO	PRIORIDADE	ARTICULAÇÃO COM O PPA 2024-2027 DO ESTADO DO PARANÁ?	EM CASO POSITIVO, COM QUAL PROGRAMA DO PPA DO ESTADO?	NOME DO PROGRAMA	EXIGE ARTICULAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA?
PESSOAS	INCENTIVAR O EMPREENDEDORISMO NO CAMPO (LÍDERES E NOVAS GERAÇÕES)	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	PROMOVER CAPACITAÇÃO DE CURSOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO (VOLTADOS A REALIDADE LOCAL)	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM
	OFERTAR CURSO SUPERIOR (MEDICINA, AGRONEGÓCIO, TURISMO) VIABILIZADO POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	SIM	34	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	SIM
	CAPACITAR AGRICULTORES FAMILIARES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
INFRAESTRUTURA	MELHORAR E DUPLICAR A INTERLIGAÇÃO COM OURINHOS - SP A ARAPOTI - PR, DUPLICAR VIAS INTERLIGANDO A REGIÃO DE CURITIBA E LONDRINA (BR 153, PR 092), MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS E ESTRADAS VIZINHAS DA REGIÃO. VIABILIZAR ACOSTAMENTO	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	CRIAR UMA INFRAESTRUTURA DE INOVAÇÃO E INCUBADORAS TECNOLÓGICAS	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
	IMPLANTAR E AMPLIAR INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	SIM	19	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	SIM
	ESTRUTURAR TERMINAIS RODOVIÁRIOS, TURÍSTICOS, PORTAIS E CENTRAIS DE	SIM	21	PARANÁ MAIS TURISMO	SIM

	INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E EFETIVAR A SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA				
	INVESTIR EM CONECTIVIDADE E TELECOMUNICAÇÃO	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
SISTEMAS PRODUTIVOS	APOIAR O COMÉRCIO PÓS-PANDEMIA	SIM	20	PARANÁ: ESTADO QUE EMPREENDE E TRANSFORMA	SIM
	INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DIFERENCIADOS DO AGRONEGÓCIO E TURISMO RURAL COM ORIENTAÇÕES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	CRIAR E FORTALECER ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS FOCANDO EM PRODUTOS DIFERENCIADOS	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	INVESTIR NO AGRONEGÓCIO: AGRICULTURA FAMILIAR, HORTIFRUTIGRANJEIRO, CULTIVO PROTEGIDO, ORGÂNICOS, PECUÁRIA DE LEITE (CAPACITAÇÃO, ESTRUTURA DE SIMS, RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO COLETIVA)	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	CRIAR UM AMBIENTE DE INOVAÇÃO RURAL E URBANO	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
GOVERNANÇA E GESTÃO	EVITAR A REDUÇÃO DO VOLUME DA REPRESA ANGRA DOCE EM MAIS DE 30% DE SUA CAPACIDADE	SIM	23	PARANÁ SUSTENTÁVEL	SIM
	CRIAR BANCO DE PROJETOS REGIONAIS E DEFINIR SETOR MUNICIPAL ESPECÍFICO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	SIM	12	PARANÁ: GESTÃO EFETIVA	SIM
	FORTALECER CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS EM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, FORTALECER A ECONOMIA LOCAL COM O APORTE FINANCEIRO EM FUNDOS GARANTIDORES DE CRÉDITO (SGCS), ESTIMULANDO PEQUENAS EMPRESAS,	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM

	PRODUTORES RURAIS E PROFISSIONAIS LIBERAIS				
	ESTIMULAR SINERGIA PÚBLICA	SIM	12	PARANÁ: GESTÃO EFETIVA	SIM